

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI
Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Profissional em Educação
CURRÍCULOS, AVALIAÇÃO, PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E FORMAÇÃO DE
PROFESSORES

KEILA MARINALVA BENTO LIMA

A EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO TÉCNICO PROFISSIONALIZANTE –
MODALIDADE EaD: Um Estudo de caso no *Campus* Diamantina
do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais

Diamantina
2018

KEILA MARINALVA BENTO LIMA

**A EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO TÉCNICO PROFISSIONALIZANTE –
MODALIDADE EaD: Um Estudo de caso no *Campus Diamantina*
do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Denise Silva Braga

**Diamantina
2018**

Elaborado com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

L732e	<p>Lima, Keila Marinalva Bento A evasão escolar no ensino técnico profissionalizante modalidade EaD: um estudo de caso no campus Diamantina do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais / Keila Marinalva Bento Lima, 2019. 85 p.</p> <p>Orientadora: Denise Silva Braga</p> <p>Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Educação) - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, 2019.</p> <p>1. Evasão escolar. 2. Educação profissional. 3. Educação a distância. 4. Cursos técnicos profissionalizantes. I. Braga, Denise Silva. II. Título. III. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.</p> <p style="text-align: right;">CDD 374.4</p>
-------	---

Ficha Catalográfica – Serviço de Bibliotecas/UFVJM
Bibliotecária Nádia Santos Barbosa, CRB6 – 3468/0.

KEILA MARINALVA BENTO LIMA

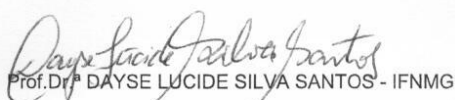
**A EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO TÉCNICO PROFISSIONALIZANTE -
MODALIDADE EaD: Um Estudo de caso no Campus Diamantina do
Instituto Federal do Norte de Minas Gerais**

Dissertação apresentada ao
MESTRADO EM EDUCAÇÃO, nível de
MESTRADO como parte dos requisitos
para obtenção do título de MAGISTER
SCIENTIAE EM EDUCAÇÃO

Orientador (a): Prof.^a Dr.^a Denise Da
Silva Braga

Data da aprovação : 31/10/2018


Prof.Dr.^a DENISE DA SILVA BRAGA - UFVJM


Prof.Dr.^a DAYSE LUCIDE SILVA SANTOS - IFNMG


Prof.Dr.^a REGINA CELIA DO COUTO - UFVJM

DIAMANTINA

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por cuidar de mim, por me fortalecer nos momentos mais difíceis e por me permitir mais um passo de aprimoramento intelectual.

Agradeço a todas as pessoas que me auxiliaram na realização desta pesquisa: Professora Dra. Denise da Silva Braga, mais que uma orientadora, um presente, a quem admiro profundamente desde a graduação, exemplo de pessoa e de vida. Obrigada por acreditar em mim, pelo respeito, pelos inúmeros momentos de orientação, dedicação e por tudo que aprendi.

Em especial, minha mãe Lindaura, a pessoa que mais admiro no mundo. Nunca mediu esforços para proporcionar tudo que tenho e conquistei, por sua bondade, por seu sorriso, por sua ajuda (incansável), pelas palavras de incentivo diariamente, por acreditar que eu era capaz e por suas orações. Agradeço com toda força da minha alma por ser sua filha! Eu te amo muito.

Meus irmãos Mak e Pedro, pela paciência que tiveram comigo, pelo amor incondicional, pela força e pela amizade. Minha eterna admiração, devoção, respeito e carinho.

Meu filho José Miguel, a melhor escolha que já fiz em minha vida foi ter você, uma bênção de Deus, obrigada por você existir. Mamãe te ama muito!

Meu amado esposo Ramon, eterna gratidão pela paciência, por acreditar em mim, pelo carinho, pelas palavras de conforto nos momentos de nervosismo e falta de tempo. Obrigada pelo seu altruísmo recíproco e palavras doces que diariamente me disse.

Meus sogros, Gê e Tonho e meus cunhados, com que tenho honra de compartilhar momentos em família. Obrigada pelas palavras de incentivo.

Rayssa, pela torcida e carinho.

Meus tios e minha avó pelo carinho, proteção e orações. Em especial, minha tia Lúcia, um exemplo de dignidade e perseverança, uma verdadeira fênix, que se fez presente no momento em que mais precisei me dedicar a esse estudo, cuidando do José Miguel com todo amor do mundo. Minha eterna gratidão!

Minhas amigas Juh e Luiza, que sempre me apoiaram, me ouviram em muitos momentos de angústia e ansiedade. Obrigada por existirem e cuidarem de mim.

Minhas “flores” Dany, Naty, Gaby e Josy, grandes incentivadoras, com quem pude compartilhar detalhes importantes nesse processo de estudos, os quais serão lembrados eternamente.

Elaine, por compreender a minha ausência e a sua família, na qual me sinto sempre acolhida, pelo carinho e orações. Amo vocês.

Alexandre pelo incentivo constante.

Alunos que participaram dessa pesquisa, minha eterna gratidão. Sem vocês essa pesquisa não faria sentido.

Toda equipe do *Campus* Diamantina do IFNMG, pelo apoio nessa empreitada e a todos que contribuíram de forma direta e indireta nessa jornada.

Eu sou aquela mulher
a quem o tempo
muito ensinou.
Ensinou a amar a vida.
Não desistir da luta.
Recomeçar na derrota.
Renunciar a palavras e pensamentos negativos.
Acreditar nos valores humanos.
Ser otimista.
Creio numa força imanente
que vai ligando a família humana
numa corrente luminosa
de fraternidade universal.
Creio na solidariedade humana.
Creio na superação dos erros
e angústias do presente.
Acredito nos moços.
Exalto sua confiança,
generosidade e idealismo.
Creio nos milagres da ciência
e na descoberta de uma profilaxia
futura dos erros e violências
do presente.
Aprendi que mais vale lutar
do que recolher dinheiro fácil.
Antes acreditar do que duvidar

Cora Coralina

(Vintém de Cobre – Meias Confissões de Aninha, p. 156, 8ªed.1996).

RESUMO

A evasão constitui um tema recorrente nas pesquisas em educação no Brasil, principalmente em se tratando de escolas públicas. Neste trabalho apresenta-se o desenvolvimento de uma pesquisa que teve como proposta a análise de causas da evasão de alunos dos cursos profissionalizantes na modalidade Educação a Distância – EaD – do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – *Campus* Diamantina, tendo em vista o índice de abandono apresentado pela instituição. Nesta perspectiva, a fim de investigar as causas desta evasão, partiu-se de uma abordagem quantiquantitativa para a efetivação da pesquisa, que foi realizada a partir do levantamento e da análise de dados provenientes das justificativas apresentadas pelos discentes no documento “termo de desistência de vaga” – material arquivado na secretaria da instituição; os procedimentos da pesquisa consistiram na aplicação de questionários e na realização de entrevistas semiestruturadas com os discentes evadidos dos cursos profissionalizantes do IFNMG – *Campus* Diamantina, no período de 2015 a 2017 e foi submetido à análise de conteúdo conforme Bardin (2011). Como aporte teórico utilizamos os estudos das produções de autores como Vitelli e Fritsch (2016); Carneiro, Silva e Bizarria (2014); Mugnol (2009); Romani (2000) e Castanho (2012), cujos trabalhos colocam em relevo a questão do gênero, os papéis das famílias, os aspectos sociais e as condições internas da organização escolar. A pesquisa justifica-se pela fragilidade e falta de clareza na definição dos conceitos sobre a evasão, indicador importante para o campo da educação. Os resultados contribuem para o entendimento de que a evasão é um fator multifatorial que, no caso estudado, apresenta impacto com a capacidade de gerenciamento do tempo pelo aluno. Os dados obtidos revelam aspectos relevantes que condicionam o processo de ensino e aprendizagem na modalidade EaD: disciplina e autonomia no processo de aprendizagem; compreensão do aluno como centro e auto construtor de seu aprendizado; consequências do atraso do material didático impresso, em razão das dificuldades da leitura de texto digitais e a questão da autonomia da mulher no processo educativo, tendo em vista as condições de permanência no curso e a conciliação com a vida familiar. Apurou-se ainda que as instituições de ensino precisam superar obstáculos ao ofertar a modalidade de ensino EaD, considerando-se os processos de adaptação, resistência e evasão dos educandos em relação a essa modalidade, além de desafios organizacionais no interior das instituições.

Palavras-chave: Evasão escolar. Educação profissional. Educação a distância. Cursos técnicos profissionalizantes.

ABSTRACT

Evasion has become a recurrent theme of research in education in Brazil, especially concerning public schools. This work aims at presenting the development of a research that had as a goal to analyze the causes for student evasion in professional training courses in the modality of Distant Education – Ead – of the Federal Institute of the North of Minas Gerais – Diamantina Campus, keeping in mind the evasion index shown by this institution. In this perspective, in order to investigate the causes of evasion, a qualitative-quantitative approach was adopted to carry out the research, which was based on the collection and on the analysis of data originated from the reasons offered by the academics in the document “vacancy abandonment term” – a material archived in the institution secretary; the research procedures consisted of the application of questionnaires and in the conduction of semi-structured interviews with the students who evaded the professional training courses of the IFNMG – Diamantina Campus, in the period between 2015 and 2017 and those were submitted to the analysis of content according to Bardin (2011). The theoretical support came from studies by authors such as Vitelli and Fritsch (2016); Carneiro, Silva and Bizarria (2014); Mugnol (2009); Romani (2000) and Castanho (2012), whose works throw into relief the question of gender, family roles, social aspects and internal conditions of the school organization. The research is justified by the fragility and lack of clarity in the definition of concepts about evasion, an important indicator for the field of education. The results contribute to the understanding that evasion is a multifactorial aspect which, in the case studied, reveals an impact concerning the capacity of time management by the student. The data collected reveal important aspects that condition the teaching and learning process in the EaD modality: discipline and autonomy in the learning process; the comprehension of the student as the main and self-constructor of its learning; the consequences of the delay in printed text books, given the difficulties with the reading of digital texts and the question of female autonomy in the educational process, keeping in view the condition of permanence in the course and the conciliation with family life. It has also been assessed that the educational institutions suffer and need to overcome the obstacle to offer the EaD modality, considering the adaption processes, resistance and evasion of the students in relation to this modality, besides the organizational challenges in the interior of institutions.

Key-words: School evasion. Professional education. Distance learning. Professional training courses.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa do Vale do Jequitinhonha/Alto Jequitinhonha: microrregiões de Diamantina e de Capelinha.....	23
Figura 2 – Área de Abrangência do IFNMG Campus Diamantina.....	23
Figura 3 – Tela de acesso ao AVA.....	27
Figura 4 – Dados do aluno no AVA.....	27
Figura 5 – Gerações tecnológicas da EaD.....	44
Gráfico 1 – Alunos evadidos por faixa etária.....	51
Gráfico 2– O conhecimento em informática dos ex-alunos dos cursos técnicos profissionalizantes do <i>Campus</i> Diamantina – IFNMG.....	58
Quadro 1 – Fases da EaD do <i>Campus</i> Diamantina –IFNMG.....	22
Quadro 2 – Oferta de cursos no Polo Avançado Diamantina.....	24
Quadro 3 – Oferta do ano 2015 no Polo Avançado e no Polo Sede Diamantina.....	25
Quadro 4 – Nomenclaturas das escolas de educação profissional.....	35

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Levantamento do número de alunos evadidos, por curso, no IFNMG – <i>Campus</i> Diamantina, período de 2015 a 2017.....	47
Tabela 2 – Trabalho e atividade remunerada dos alunos evadidos.....	52
Tabela 3 – O significado de ingresso no Curso de Técnico.....	62
Tabela 4 – Motivos de evasão dos cursos do Polo EaD do <i>Campus</i> Diamantina – IFNMG.....	66
Tabela 5 – O fator que mais pesou para a desistência dos cursos técnicos EaD do <i>Campus</i> Diamantina – IFNMG.....	68
Tabela 6 – Motivos da evasão.....	70

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	17
3 O INSTITUTO FEDERAL DO NORTE DE MINAS GERAIS – IFNMG	20
4 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL	29
4.1 A evasão dos cursos técnicos no Brasil	39
4.2 A educação a distância no Brasil	41
5 A EVASÃO DOS CURSOS TÉCNICO PROFISSIONALIZANTES EM EAD DO <i>CAMPUS</i> DIAMANTINA – IFNMG: ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADOS DA PESQUISA	46
5.1 Perfil dos alunos evadidos do Polo EaD do <i>Campus</i> Diamantina do IFNMG	48
5.2 A busca por formação: expectativas dos discentes do Polo EaD <i>Campus</i> Diamantina – IFNMG	54
5.3 O uso da tecnologia e a EaD no <i>Campus</i> Diamantina - IFNMG.....	57
6 ENSINO PROFISSIONALIZANTE, ESCOLHAS, PERCEPÇÕES E EVASÃO.....	61
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	74
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	78
LEGISLAÇÃO.....	84

1 INTRODUÇÃO

Os avanços tecnológicos que permeiam a sociedade provocam mudanças no meio em que vivemos e nas relações afetivas, sociais, profissionais, bem como interfere na utilização do nosso tempo. Nos dias atuais vivemos conectados à rede de internet e estamos em constante interação e ligação com as tecnologias, como no uso de celular, *tablet*, computador, entre outros aparelhos tecnológicos. Dessa maneira, uma grande quantidade de informações está disponível em nossa vida cotidiana, o que possibilita encurtar os limites e as distâncias de lugares, de pessoas e de aprendizagens, conforme discute Jardim (2016).

Como as mudanças tecnológicas modificam o espaço, são necessárias novas formas de ensino e aprendizagem que estabeleçam interação educacional capazes de envolver pessoas que trabalham em relação direta com outros indivíduos, possibilitando que os envolvidos promovam ações recíprocas em prol da geração do conhecimento para o aluno. A interação entre aluno e tecnologia é necessária e possível. O aprendizado não está apenas no aluno, nem mesmo somente na tecnologia utilizada para o estudo, sendo necessários os dois para que, de fato, o uso da ferramenta tecnológica seja útil na promoção do conhecimento. Dessa maneira, o aluno se modifica por meio de aprendizagens significativas e contextuais e se torna parte da construção do seu conhecimento ao estabelecer novas relações e interlocução mais dinâmica com o mundo e com as tecnologias educacionais.

Entende-se que a educação na modalidade Educação a Distância – EaD – pode ser uma alternativa para as novas demandas educacionais. Diante dos avanços tecnológicos, a EaD passa a ser uma possibilidade de alcançar pessoas e lugares que, de outra forma, teriam pouco ou nenhum acesso ao sistema educacional. A EaD diminui distâncias, possibilita o uso das tecnologias de forma proativa, derruba barreiras que envolvem questões geográficas, econômicas, sociais, pessoais e promove uma educação mais democratizada. Na direção destes aspectos, verifica-se que:

No Brasil, segundo dados do Censo EaD.BR 2011, o número de alunos matriculados no sistema de ensino a distância chegou a mais de 3,5 milhões em 2011. Como exemplo do crescimento, o total em 2009 foi de 528.320, estudando em 128 entidades. Em 2010, com 198 instituições participantes no Censo, observou-se um total de 2.261.921 matrículas. Em 2012, a ABED registrou que o número de alunos matriculados em cursos na modalidade EaD, seja na graduação, pós-graduação, cursos livres ou executivos chegou a 5.772.466. Já no Censo da ABED de 2013, o otimismo das instituições do ambiente de EaD ficou evidente - para 82% delas o número de matrículas e os investimentos cresceriam nos próximos anos (JARDIM, 2016, p. 3).

Por outro lado, apesar da crescente lista de matrículas nos cursos de EaD e da ampliação do número de vagas, de acordo com dados do Censo EAD.BR: relatório analítico da aprendizagem a distância no Brasil 2016 (2016), o número de alunos que se matriculam nos cursos, mas que evadem, chega a 32%. Entre os cursos totalmente a distância e os cursos semipresenciais a taxa de evasão é de 6%. Dessa forma, percebe-se que o número de evadidos também é muito grande. Essa evasão chama a atenção e provoca preocupações pedagógicas e sociais, por isso, entende-se que se deva verificar e refletir sobre questões que a envolvem de forma incisiva.

A EaD pode ter um grande poder de desenvolvimento econômico, social e profissional, tendo em vista a possibilidade de abarcamento regional e a inserção de inúmeros alunos no universo da educação. Além disso, a dinamização da EaD amplia a qualificação dos profissionais inseridos no processo de ensino aprendizagem que deve ocorrer juntamente com a avaliação dos cursos visando alcançar uma educação de qualidade (CORNELIO; VASCONCELOS; GOULART, 2016).

A partir destas questões que assinalam a importância e o crescimento da EaD na qualificação profissional, esta pesquisa propõe-se a investigar a evasão dos alunos dos cursos técnicos, no caso específico do *Campus* Diamantina do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – IFNMG, na modalidade EaD, por meio de uma pesquisa de abordagem quantitativa, com o levantamento e análise dos fatores que culminaram a evasão dos alunos, identificando as justificativas que levaram à desistência durante os cursos.

O interesse pelo tema desta pesquisa originou-se de uma inquietação afetiva e profissional frente à coordenação do Polo Diamantina – IFNMG, nos anos de 2015 e 2016, tendo chamado atenção da pesquisadora, o número considerável de alunos que evadiram dos cursos técnicos, antes mesmo do término do primeiro módulo. Os tutores que trabalhavam no polo se queixavam que o número de alunos em sala de aula estava diminuindo, fato comprovado mediante as listas de presença dos encontros presenciais. Diante dessa constatação foi construído o projeto desta pesquisa, que expressa a tentativa de descobrir e compreender as razões que levaram os estudantes a evadirem dos cursos.

Em 2013, por meio de uma parceria entre a Prefeitura Municipal e o Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – IFNMG, foram implantados os primeiros cursos EaD dessa instituição de ensino através do Termo de Cooperação, documento que firma a parceria com o Centro de Referência em Formação e Educação a Distância – CEAD – que atua na promoção e consolidação das políticas institucionais de apoio, instalação e produção de cursos em EaD.

Em 2015 o município de Diamantina recebeu dez novos cursos nessa modalidade. Na oportunidade da oferta, foram matriculados alunos dos municípios e regiões circunvizinhas. Os cursos foram escolhidos mediante consulta pública, com a participação da população local, a partir de audiências realizadas na Universidade dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM.

Com o processo de implantação do *Campus* Diamantina – IFNMG realizaram-se, além das audiências públicas, o lançamento de um questionário hospedado no *site* do IFNMG, que permitia a escolha dos cursos técnicos e superiores a serem implementados no *Campus* Diamantina. Vale ressaltar que essas audiências públicas foram realizadas com o intuito de verificar especificamente a questão dos cursos presenciais.

Aconteceram duas audiências públicas para a tomada de decisões. Na primeira audiência foram apresentados os possíveis cursos e um questionário *on-line* para consulta dos cursos a serem ofertados. Este questionário definiu os cursos mais indicados e eles foram apresentados na segunda audiência, que contou com mais de 300 pessoas. Durante a primeira audiência pública, o então diretor do *Campus* Diamantina do IFNMG apresentou o questionário para levantamento da demanda referente aos cursos a serem implantados, bem como a metodologia da consulta pública. Esses dados foram compilados e os resultados foram apresentados à população na segunda audiência pública, realizada no dia 26 de junho de 2015.

Durante o tempo em que o questionário *on-line* esteve disponível, os participantes tiveram a oportunidade de votar nos cursos que gostariam que fossem implantados. A audiência pública foi um meio que a instituição de ensino encontrou para que nesse questionário fossem coletados, de forma democrática, dados e informações sobre os cursos almejados pela população local. A instituição demonstrou atenção diferenciada à população ao verificar, por meio dos dados coletados no questionário, os cursos que as pessoas consideravam relevantes e que pudessem ser ofertados. Em seguida houve a realização do processo seletivo que resultou em grande número de inscrições de alunos. As audiências públicas tiveram também o intuito de apresentar a instituição de ensino à população local.

Na EaD, houve um número significativo de alunos inscritos nos processos seletivos, no entanto, após iniciar o curso um número significativo de alunos matriculados evadiu. Em razão disso, entende-se que cabem algumas questões: 1- O que houve durante o curso que levou o aluno a evadir? 2- Em quais aspectos os cursos não atenderam às expectativas da população?

Os cursos ofertados no Polo EaD são profissionalizantes e procuram atender a uma sociedade em busca de profissionais que demonstrem um perfil versátil mediante as atuais demandas da sociedade. De acordo com Frigotto (2009), os indicadores de mercado apontam para uma busca de profissionais qualificados e com um nível de comprometimento que vai além de sua função, especialmente em cidades de pequeno e médio porte onde a demanda de trabalho é menor e acentua-se a concorrência por um emprego.

De acordo com Frigotto (2009), o modelo capitalista não quer apenas a mão de obra física e bruta, o profissional precisa evoluir intelectualmente, pois se exigem habilidades profissionais competentes. O autor aponta que a busca por qualificação profissional reduz o trabalho humano a uma mercadoria de força de trabalho, dessa forma conseqüentemente, também reduz a procura por continuidade dos estudos após encontrar emprego, o que ele denomina “compra e venda de força de trabalho”. O autor ainda aponta que:

A falta de jovens qualificados e, ao mesmo tempo, de jovens que buscam desesperadamente emprego e qualificação e o assustador número de jovens, os melhores qualificados, que saem anualmente em busca de trabalho, resulta das contradições de uma sociedade que, como vimos, a miséria, o mercado informal, o analfabetismo ou a escolaridade precária são condições de sua forma de ser (FRIGOTTO, 2009 p. 77).

A grande demanda de alunos no Polo EaD demonstra, entre outras questões, uma necessidade de busca por formação profissional e a procura por esta qualificação remete à busca pelo emprego. Faz-se necessário, nesse sentido, repensar na relação trabalho-educação, proporcionando ao trabalhador mobilidade e flexibilidade entre diferentes estruturas de emprego, por meio do reconhecimento das competências necessárias ao trabalho.

O número de instituições de ensino de qualificação profissional vem aumentando ao longo dos anos possibilitando aos sujeitos que percorrem os novos caminhos do conhecimento, a obtenção de um diploma como forma de reconhecimento social de seu esforço, além da inserção no mercado de trabalho e a realização de formação continuada no decorrer de sua atuação profissional, conforme assevera Cruz (2013), ou seja, a qualificação profissional permite que o indivíduo tenha mais oportunidades de trabalho, tendo em vista o aumento das exigências em todos os seus segmentos. No entanto, alguns alunos que ingressam na modalidade EaD não conseguem cumprir seus objetivos iniciais e acabam se tornando evadidos, por isso, considera-se que a pesquisa empreendida seja relevante uma vez que pode contribuir com a construção do acervo de informações no que diz respeito aos

motivos que levaram os alunos a evadirem dos cursos EaD implantados no início da construção e consolidação do *Campus* Diamantina do IFNMG.

Dada a natureza do objeto e das condições do desenvolvimento da pesquisa, bem como as particularidades do tema – a evasão dos cursos técnicos profissionalizantes na EaD do *Campus* Diamantina/IFNMG – e o número considerável de alunos evadidos na recente instituição de ensino, considerou-se que a realização da pesquisa por meio de estudo de caso representa a melhor opção.

Em decorrência da escolha da metodologia de pesquisa, os procedimentos de coleta de dados da pesquisa exploratório-descritiva deram-se por meio de análise: das atas da primeira e segunda audiência pública do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais; da observação das listas de presença dos participantes das duas audiências do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais; da verificação do requerimento de matrícula; do termo de desistência de vaga ¹; do estudo do questionário e das entrevistas semiestruturadas, instrumentos aplicados aos discentes evadidos dos cursos técnicos profissionalizante, fazendo-se uso, inclusive, de questões abertas.

Em relação aos dados obtidos a partir dos referidos documentos, o estudo ocorreu na perspectiva da análise qualitativa, e, em razão das questões abertas lançou-se mão da técnica de análise de conteúdo. Os dados das questões fechadas provenientes da aplicação dos questionários receberam, primeiramente, tratamento quantitativo e, posteriormente, foram submetidos a análise a partir do referencial teórico desenhado para a pesquisa.

Dessa forma, esta dissertação encontra-se organizada em cinco capítulos, além da introdução e considerações finais, assim organizados:

Introdução, na qual se apresenta a pesquisa e seus objetivos de levantar e analisar os fatores que culminam na evasão dos alunos dos cursos técnicos na modalidade EaD, do Polo Diamantina do IFNMG e identificar as justificativas que levaram a desistência durante os cursos, apresentando ainda as justificativas pelo interesse desse estudo.

Primeiro capítulo, em que se apresentam os procedimentos metodológicos, definidos por sua abordagem quantitativa e as técnicas de coleta de dados, realizadas por meio de questionários e entrevistas semiestruturadas com os alunos evadidos.

Segundo capítulo, constituído pela contextualização do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais, desde sua criação, com o intuito de apresentar ao leitor a instituição

¹ Termo de desistência é um documento assinado pelos estudantes que desistem da vaga no curso em que ingressaram.

de ensino definida como o campo de estudo dessa pesquisa no qual se encontra a descrição do processo de implantação do *Campus IFNMG* no município de Diamantina e das inúmeras ações desenvolvidas para se tornar possível essa instalação.

Terceiro capítulo, no qual se discute a educação profissional no Brasil e a relação trabalho - educação, a fim de delinear os aspectos da consolidação da educação profissionalizante no país, desde as Escolas de Aprendizes e Artífices, os Liceus, até a criação dos Institutos Federais. Nesse capítulo trata-se também: a - da importância da industrialização no âmbito educacional e as medidas políticas que foram tomadas mediante a evolução do processo industrial no país ; b- da importância da compreensão sobre evasão escolar como fator que tem gerado pesquisas relevantes cujo propósito é encontrar mecanismos para diminuir essa situação; c- da educação a distância no Brasil, em que se discute o início dessa modalidade de ensino, por meio de correspondência, depois pelo rádio e, em seguida, a criação de instituições que promoviam a modalidade até a chegada da *internet* que alcançou um maior número de alunos.

Quarto capítulo, com o qual se trata da evasão dos cursos técnico profissionalizantes em EaD do *Campus Diamantina – IFNMG*, com a apresentação e análise dos dados obtidos, subdividido em quatro seções que apresentam as categorias de análise: a- Perfil dos alunos evadidos do polo EaD do *Campus Diamantina* do IFNMG; b- A busca por formação, trabalho e expectativas dos discentes do polo EaD *Campus Diamantina –IFNMG*; c- O uso da tecnologia e a EaD no *Campus Diamantina IFNMG*.

Quinto capítulo, que trata dos cursos profissionalizantes, escolhas percepções e evasão dos alunos, com apresentação e discussão a partir de autores estudados e relacionados aos dados obtidos pela pesquisa. O capítulo subdivide-se em três seções com as quais se apresentam gráficos e tabelas representativos do levantamento realizado.

Finalmente, nas considerações finais, discute-se o resultado geral da pesquisa, considerando-se as respostas dos ex-alunos e as considerações da pesquisadora, no qual se revela um momento de reflexão entre os estudos realizados durante a pesquisa e os dados obtidos, que evidenciam que os alunos do *Campus Diamantina* evadiram dos cursos técnicos por diversos motivos, no entanto, a gestão do tempo tornou-se o motivo mais significativo.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Segundo Gil (1991) é fundamental na Ciência apresentar os resultados com precisão. Para isso, é necessário escolher o método de pesquisa e a forma de demonstrar os resultados, pois, o conhecimento científico tem como principal característica a busca pela confiabilidade dos fatos. Esse conhecimento só se torna efetivo após uma detalhada e cuidadosa demonstração do método escolhido para chegar ao resultado final. Assim, pretende-se, neste momento do trabalho, apresentar a metodologia adotada e descrever o tipo de pesquisa e os procedimentos utilizados no estudo.

A metodologia deve ser organizada com cuidado, deixando claro o caminho escolhido. Isso é relevante, pois possibilita ao leitor encontrar o caminho científico construído pelo pesquisador durante todo o estudo. Nesta pesquisa optou-se pela abordagem de natureza quantiquantitativa tendo em vista que:

Não existe um "continuum" entre "qualitativo-quantitativo", em que o primeiro termo seria o lugar da "intuição", da "exploração" e do "subjetivismo"; e o segundo representaria o espaço do científico, porque traduzido "objetivamente" e em "dados matemáticos" (MINAYO, 1994, p.22).

Com escolha da abordagem de natureza quantiquantitativa espera-se, na pesquisa, de um lado uma imersão nas particularidades no mundo estudado e nos significados das relações e ações humanas, algo “não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas” e, ao mesmo tempo, como se trata de quantidade de alunos evadidos, os dados numéricos são de extrema importância para o estudo (MINAYO, 1994, p.23).

O *Campus* Diamantina-IFNMG tem como particularidades importantes para este estudo, o fato de ser um *campus* recente, que se encontra em fase de construção na cidade de Diamantina e apresenta um número considerável de alunos evadidos. Assim, optou-se como método de abordagem de investigação o estudo de caso do tipo histórico-organizacional, uma vez que a pesquisa aborda as características específicas da instituição, sua organização e o expressivo número de alunos evadidos dos cursos técnicos profissionalizantes (TRIVIÑOS, 1987, p. 67).

A coleta de dados contou com a aplicação de questionários disponibilizados via *google docs*, composto por questões abertas e fechadas, além de entrevistas semiestruturadas com discentes evadidos dos cursos técnicos profissionalizantes em Alimentação Escolar, Multimeios Didáticos, Agente Comunitário de Saúde, Administração, Informática para Internet, Libras, Finanças, Serviços Públicos e Secretaria Escolar.

O questionário, segundo Lakatos e Marconi (2003, p. 201) “é um instrumento de

coleta de dados constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador”, por isso, para a aplicação dos questionários, primeiramente foram identificados os estudantes evadidos por meio do documento “Termo de desistência de Vaga”. O documento é preenchido e assinado pelo estudante que evade e fica arquivado na secretaria do IFNMG – *Campus* Diamantina, onde pode ser encontrado. Em seguida foi elaborada uma planilha com nome do aluno, telefone e e-mail, separados por curso em que iniciaram no Polo.

Os documentos verificados indicaram que 62 (sessenta e dois) estudantes desistiram das suas matrículas no período de 2015 a 2017, recorte temporal desta pesquisa. Após o acesso ao documento supracitado, os estudantes foram contatados e convidados a responder o questionário disponibilizado via *google docs*, cujo *link*, enviado por e-mail, convidava os ex-alunos a participarem da pesquisa e explicava o objetivo e a forma de acesso ao questionário *on-line* que contava com 20 (vinte) questões. A solicitação de preenchimento do questionário foi enviada para os 62 alunos evadidos que assinaram o “Termo de desistência de vaga”, sendo que o processo não foi uma tarefa simples, tendo em vista que essas pessoas afastaram-se totalmente da instituição de ensino.

Dos 62 alunos participantes da pesquisa, 38 responderam ao questionário *on-line*. As respostas obtidas foram organizadas e tabuladas em uma planilha do *Excel*. É importante registrar que a pesquisa teve acesso aos registros de ficha de matrícula e “Termos de desistência de vaga” disponibilizados pela secretaria do *Campus* Diamantina do IFNMG, o que levou à identificação de mais 189 alunos evadidos, que não assinaram o termo de desistência, além dos 62 alunos, atores desta pesquisa, cujo “Termo de desistência de vaga” foi assinado.

O questionário teve como objetivo levantar dados para compreender os fatores que levaram ao abandono dos cursos técnicos e, a partir das respostas obtidas, foram selecionados os possíveis respondentes das entrevistas. Para isso, uma das questões do questionário refere-se à disponibilidade dos respondentes para a realização de uma entrevista semiestruturada.

Dadas as condições e possibilidades para a realização dessa etapa da pesquisa, foram selecionados nove estudantes, a título de amostra, para a aplicação das entrevistas. Este número considerou a representação de um estudante de cada um dos nove cursos técnicos profissionalizantes do IFNMG – *Campus* Diamantina, que constituem objeto desta pesquisa, porém, para realização da entrevista 3 (três) cursos ficaram sem representantes, pois não houve disponibilidade dos participantes.

Os dados objetivos dos questionários foram organizados em planilhas *excel* e tratados por meio de análise estatística descritiva. Todo o material foi transferido para tabelas e gráficos, com posterior atribuição de sentido aos dados na etapa analítica, o que permitiu melhor organização e visualização dos dados quantitativos.

A entrevista semiestruturada, passo seguinte à aplicação do questionário, foi realizada visando a obter maior proximidade com os sujeitos pesquisados, no sentido de lhes permitir descrever com mais profundidade suas razões e os sentidos que atribuem a sua experiência, coletando indícios de como cada estudante percebe a evasão e as questões que perpassam a desistência dos cursos.

Para maior conforto dos respondentes, a entrevista foi previamente agendada em um local de fácil acesso. O local escolhido foi uma sala do *Campus* I da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM. As entrevistas ocorreram nos dias 24, 25, 26 e 27 de julho de 2018, em diversos horários, atendendo e respeitando a disponibilidade de cada entrevistado. Para cada entrevista foi destinado o tempo médio de duas horas. Antes de dar início às entrevistas, explicou-se o objetivo da pesquisa e foi esclarecido que a qualquer momento o ex-aluno poderia ficar à vontade para questionar, opinar ou interromper. Nesse momento, a intenção da pesquisadora era deixar o participante acolhido e confortável para que pudesse realizar o trabalho de coleta de dados da maneira mais eficaz possível, porém, levando em conta cada detalhe, expressão e atitude, considerando como Lüdke e André (1986, p.34) que com “um clima de estímulo e aceitação mútua, as informações fluirão de maneira notável e autêntica”. A escolha pela entrevista considerou os mesmos participantes respondentes do questionário visando a um aprofundamento de suas respostas, ou seja, a pesquisadora optou por essa técnica visando a um estreitamento pessoal e íntimo com o intuito de aprofundamento dos pontos levantados no questionário (LÜDKE e ANDRÉ, 1986).

As entrevistas foram gravadas em áudio e posteriormente transcritas, na íntegra, pela pesquisadora, para que não houvesse perda de conteúdo. Para identificar as pessoas entrevistadas não se utilizou os nomes completos a fim de manter a integridade e privacidade dos mesmos. Dessa forma, a identificação dos participantes foi realizada por meio das 3 (três) primeiras letras do nome. A metodologia para análise e interpretação das entrevistas teve como inspiração a análise de conteúdo de Laurence Bardin (2011).

Tendo em vista o universo da pesquisa, o tema proposto e a metodologia de que se fez uso, o capítulo seguinte apresenta o espaço contextual e os personagens envolvidos, na perspectiva do desenvolvimento da EaD no IFNMG - *Campus* Diamantina.

3 O INSTITUTO FEDERAL DO NORTE DE MINAS GERAIS – IFNMG

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais - IFNMG, foi criado em 29 de dezembro de 2008, pela Lei nº 11.892, Portaria MEC nº 1.291, de 2013, por meio da integração do Centro Federal de Educação Tecnológica – Cefet – de Januária e da Escola Agrotécnica Federal de Salinas – EAF, instituições com mais de 50 anos de experiência na oferta de educação profissional. O IFNMG compreende uma área de abrangência bem ampla, contemplando 167 municípios em quatro mesorregiões (Norte e Noroeste de Minas, Vale do Jequitinhonha e Mucuri). Atualmente o IFNMG agrega onze *campi*: Almenara, Araçuaí, Arinos, Diamantina, Avançado Janaúba, Januária, Montes Claros, Pirapora, Avançado Porteirinha, Salinas e Teófilo Otoni, além da Reitoria, sediada em Montes Claros (IFNMG, 2017).

O IFNMG oferece cursos técnicos nas modalidades integrado, concomitante e subsequente ao ensino médio, presencial e a distância, cursos técnicos para Jovens e Adultos-PROEJA, Formação Inicial e Continuada- FIC, cursos superiores de tecnologia, graduação em bacharelado e licenciatura e pós-graduação. Também são ofertados cursos no âmbito do Programa Mulheres Mil e Bolsa-Formação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec. (BRASIL-MEC, Lei nº. 11.892).

Por meio de parcerias realizadas entre o IFNMG e o MEC foi possível implantar a proposta que visa a uma democratização do ensino público de qualidade e gratuito. Para a implantação desse projeto foi utilizada a modalidade educação a distância para realização de cursos Técnicos do Sistema Escola Técnica Aberta do Brasil – e-Tec Brasil², instituído pelo Decreto nº 6.301 de 12 de dezembro de 2007, em municípios do Estado de Minas Gerais. A Rede eTec Brasil foi incluída no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) a partir de 2011 e adicionou os cursos do Profuncionário, programa que visa à qualificação de servidores públicos em atuação na educação básica (JARDIM, 2015).

A oferta dos primeiros cursos na metodologia de Educação a Distância no IFNMG teve início em 2011, pelo Programa Rede e-Tec Brasil, a partir de parceria firmada com o Instituto Federal do Paraná (IFPR) para os cursos técnicos em Administração,

² A Rede e-Tec Brasil foi criada em 2011 pelo Ministério da Educação (Decreto nº 7.589) em substituição ao Sistema Escola Técnica Aberta do Brasil (e-Tec Brasil). Sua finalidade é desenvolver a educação profissional e tecnológica na modalidade da educação a distância, ampliando e democratizando a oferta e o acesso à educação profissional pública e gratuita no País (BRASIL, 2018).

Serviços Públicos e quatro cursos do Profucionário: Secretaria Escolar, Alimentação Escolar, Infraestrutura Escolar e Multimeios Didáticos. Na ocasião foram abertas 1040 vagas em nove Polos.

O ano de 2012 foi significativo para a Educação a distância na instituição, pois, por meio da portaria nº 75/2012, houve o reconhecimento de diretoria sistêmica, ligada diretamente à reitoria, aproximando o atendimento na Diretoria de Educação a Distância. Ainda em 2012, atendendo ao chamado da SETEC/MEC, firma-se o compromisso de uma oferta robusta de cursos que resultou em 18.925 vagas em nove polos sedes e em seus polos avançados, que se efetivou em 2013, inclusive no município de Diamantina.

Em 2013 foram firmadas as parcerias com as prefeituras e também lançado o primeiro edital do Programa UAB. Já em 2015, houve a continuidade da oferta de cursos de Pós-graduação em Educação a distância, cursos técnicos Rede e-Tec Brasil e deu-se o início do PRONATEC no CEAD, programa que estava alocado anteriormente na pró-reitoria de extensão.

Em 2015 houve o credenciamento para oferta de cursos em nível de graduação na modalidade de educação a distância, após um longo debate, com o objetivo de construir um modelo de educação a distância que culminou com o desenvolvimento do conceito de Centro de Referência em Educação a Distância (CEAD).

A educação a distância no instituto encontra-se na sua quarta fase, sendo elas:

- 1) A primeira, compreendida entre os anos 2012 e 2013: Fase de implantação, capacitação de pessoal e sensibilização da comunidade sobre a metodologia de educação a distância
- 2) A segunda, delimitada entre os anos 2014 e 2015: Fase da expansão, uma vez que, no início de 2013, o IFNMG estava presente em apenas 7 (sete) polos de apoio presencial enquanto em 2015 a cobertura da instituição atingiu mais de 100 municípios.
- 3) A terceira, passadas as etapas de aceitação e de intensa expansão, é nessa fase que se caracteriza a busca da estabilidade e consolidação com, inclusive, a reestruturação dos desenhos pedagógicos e indicadores de qualidade dos cursos, com forte tendência às convergências midiáticas de modalidades educacionais e de conhecimentos. Prova disso é a aprovação do regulamento para oferta de 20% da carga horária dos cursos presenciais na metodologia de educação à distância e o início da oferta desse modelo.
- 4) Em 2018 chega-se à quarta fase da EaD, em que se apresentam cursos de oferta

própria. Trata-se de um modelo que segue a mesma base dos cursos oferecidos na primeira fase, no entanto, não conta com o apoio de bolsistas e as parcerias com as prefeituras também são modificadas no intuito de fortalecer a modalidade de ensino. O *Campus* Diamantina inicia a oferta própria em 2019 com os cursos Técnicos em Meio Ambiente e Informática na modalidade EaD.

Quadro 1 – Fases da EaD do *Campus* Diamantina –IFNMG

As quatro fases da EaD no <i>Campus</i> Diamantina do IFNMG	
2012 – 2013	Reconhecimento – implantação e capacitação
2013 – 2015	Início do Polo Avançado em Diamantina do IFNMG.
2015 – 2017	Implantação do <i>Campus</i> Diamantina IFNMG – Ampliação da oferta de vagas em cursos EaD.
2018 – 2019	Incentivo a metodologia própria - <i>Campus</i> Diamantina IFNMG.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir de dados da pesquisa aplicada.

O *Campus* Diamantina³ do IFNMG está situado no município de Diamantina, que se localiza no Vale do Jequitinhonha e possui 85.000 km² na região nordeste do Estado de Minas Gerais. Conta com aproximadamente 1.000.000 de habitantes, distribuídos em 80 municípios. Trata-se de uma região economicamente explorada durante anos em razão da presença de pedras preciosas, principalmente no que se refere ao Alto do Jequitinhonha onde está localizado o município de Diamantina, cidade que necessita de mudanças criteriosas nas áreas de educação, saúde, política social e econômica, devido a grande extensão territorial e por ter a mineração como principal atividade. A atividade de mineração durou por um longo período de tempo desde o final do século XVII (SOUZA, 2003).

O mapa a seguir (figura 1) ilustra a região.

³ Antes da implantação do *Campus* Diamantina, já existia, desde 2013, neste município, o Polo Avançado Diamantina do IFNMG que foi instalado por meio de um Termo de Cooperação firmado entre a Prefeitura Municipal de Diamantina e o Instituto Federal do Norte de Minas Gerais. O Polo Avançado oferta cursos na modalidade de educação a distância – EaD – dos dezessete municípios da área de abrangência do *Campus* Diamantina, sendo que dez deles já possuem polos de EaD.

Figura 1 – Mapa do Vale do Jequitinhonha/Alto Jequitinhonha: microrregiões de Diamantina e de Capelinha



Fonte: <https://www2.ufmg.br/polojequitinhonha/O-Vale/Sobre-o-Vale>> Acesso em 04 de agosto de 2018.

Do *Campus* Diamantina fazem parte 17 municípios, a saber: Angelândia, Aricanduva, Capelinha, Carbonita, Couto de Magalhães de Minas, Datas, Diamantina, Felício dos Santos, Gouveia, Itamarandiba, Leme do Prado, Minas Novas, Presidente Kubitschek, Turmalina, São Gonçalo do Rio Preto, Senador Modestino Gonçalves e Veredinha, conforme mapa da figura 2:

Figura 2 – Área de Abrangência do IFNMG *Campus* Diamantina



Fonte: <https://www2.ufmg.br/polojequitinhonha/O-Vale/Sobre-o-Vale>. Acesso em: 04 ago. 2018.

Devido à expansão e consolidação desta instituição, encontra-se em andamento a construção do prédio próprio do IFNMG, situada na Rodovia BR-367, ao lado do Aeroporto

do município. Até o momento o IFNMG está lotado de forma provisória, em um prédio do *Campus* I da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

Para a definição dos cursos a serem ofertados pelo *campus* foi realizado um processo de discussão com a sociedade local por meio de reuniões realizadas com instituições representativas como a Associação dos Trabalhadores Rurais de Diamantina, Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais – Sind – UTE, poder público municipal (prefeito e outras autoridades), a UFVJM, contando com a realização de audiências públicas.

Em 2013 foram criados os primeiros cursos no Polo Avançado de Diamantina – IFNMG, parceria com o *Campus* Montes Claros, tendo em vista que no município ainda não existia ainda o *Campus* do IFNMG, compreendendo, portanto, o total de seis cursos, sendo eles: Secretaria Escolar, Multimeios Didáticos, Alimentação Escolar, Hospedagem, Transações Imobiliárias e Agente Comunitário de Saúde, com a oferta total de 220 vagas. Esses cursos tiveram início com a parceria entre a CEAD/ IFNMG e o Instituto Federal do Paraná – IFPR e esta oferta foi denominada como Oferta 2013/2015.

Quadro 2 – Oferta de cursos no Polo Avançado Diamantina

Polo Avançado Diamantina Oferta – ano 2013		
Modalidade	Curso	Número de Vagas
EaD – Profissionais	Secretaria Escolar	50
EaD – Profissionais	Alimentação Escolar	25
EaD – Profissionais	Multimeios Didáticos	25
EaD – Etec	Hospedagem	40
EaD – Etec	Transações Imobiliárias	40
EaD – Etec	Agente Comunitário de Saúde	40

Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir de dados da pesquisa aplicada.

Em 2015, o *Campus* Diamantina ampliou para 420 vagas a oferta dos cursos de Secretaria Escolar, Multimeios Didáticos, Alimentação Escolar, Infraestrutura Escolar, Informática para Internet, Logística, Transações Imobiliárias, Libras, Finanças, Administração, Agente Comunitário de Saúde, Serviços Públicos na modalidade EaD.

Vale ressaltar que na oferta 2015/2017 não houve alunos suficientes para completar as turmas dos cursos técnicos em Infra Estrutura Escolar (25 vagas), Transações Imobiliárias (40 vagas) e Logística (40 vagas). Observa-se também que para o curso técnico

em Libras foram ofertadas 40 vagas e depois houve a disponibilidade de mais uma turma, dobrando a oferta de vagas ofertadas nesse curso. Das 420 vagas, apenas 355 foram preenchidas efetivamente, conforme quadro a seguir:

Quadro 3 – Oferta do ano 2015 no Polo Avançado e no Polo Sede Diamantina

Polo Avançado e Polo Sede Diamantina – Oferta ano 2015				
Polo	Modalidade	Curso	Número de Vagas ofertadas	Número de vagas preenchidas
Diamantina – Polo Sede	EaD – Profissionais	Alimentação Escolar	25	25
		Multimeios Didáticos	25	25
		Infra Estrutura Escolar	25	0
	EaD – Etec	Agente Comunitário de Saúde	40	40
		Transações Imobiliárias	40	0
		Administração	40	40
		Informática para Internet	40	40
	Libras	40	80	
Diamantina – Polo Avançado	EaD – Etec	Finanças	40	40
		Logística	40	0
		Serviços Públicos	40	40
	EaD – Profissionais	Secretaria Escolar	25	25
Total de vagas ofertadas			420	
Total de vagas preenchidas			355	

Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir de dados da pesquisa aplicada.

Atualmente, o IFNMG oferece duas modalidades de cursos à distância, os cursos técnicos via videoaula (Rede e-tec⁴) e Profissionais. O Programa de Formação Inicial em Serviços dos Profissionais da Educação Básica dos Sistemas de Ensino Público – Profissionais é voltado para os profissionais da área de educação. Trata-se de um programa indutor de formação da educação básica pública, que tem uma habilidade compatível com a atividade profissional em exercício. O curso, ofertado prioritariamente

⁴ O sistema Rede e-Tec Brasil visa à oferta de educação profissional e tecnológica a distância e tem o propósito de ampliar o acesso a cursos técnicos de nível médio, públicos e gratuitos, em regime de colaboração entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Os cursos são ministrados por instituições públicas e o MEC é responsável pela assistência financeira na elaboração dos cursos. Cabe aos institutos e municípios providenciarem estrutura, equipamentos, recursos humanos, manutenção das atividades e demais itens necessários para a instituição dos cursos (BRASIL, MEC/SETEC-Rede e-Tec Brasil, 2012).

para funcionários de escolas, tanto da rede pública como da rede privada, conta com encontros presenciais, promovidos quinzenalmente para realização das atividades propostas pelos professores, de acordo com o projeto pedagógico de cada curso. Os cursos técnicos são cursos com encontros presenciais semanais programados nos polos de apoio presencial⁵ para realização de aulas práticas, apresentação de seminários e outras atividades.

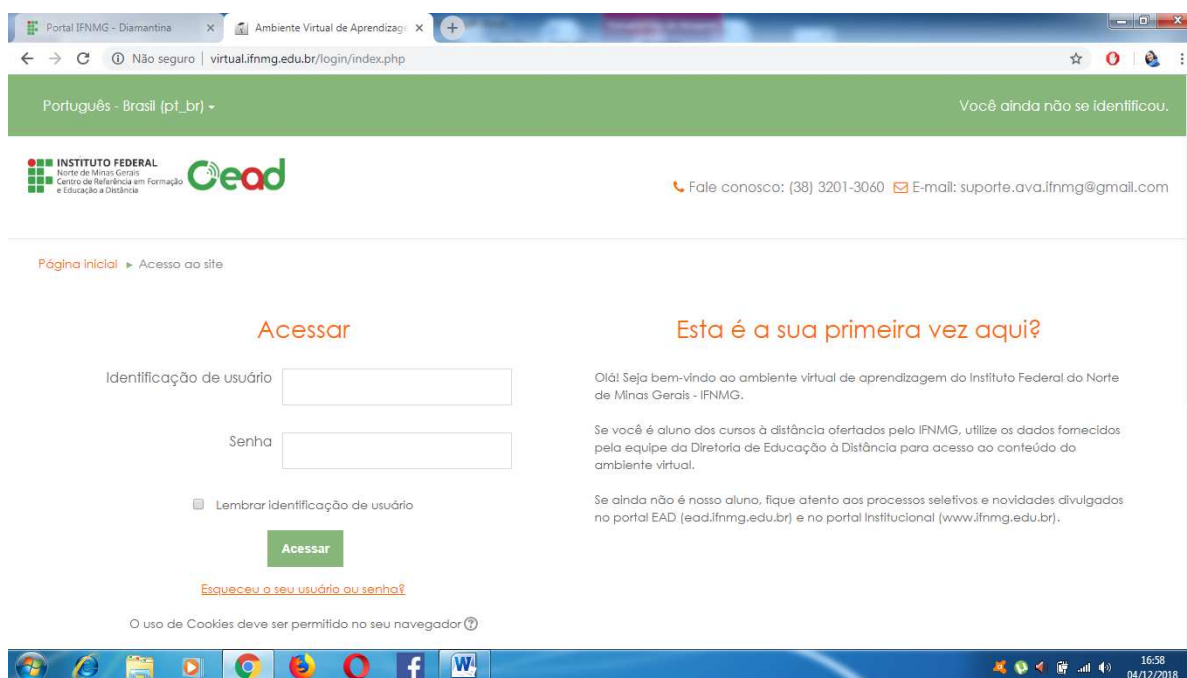
Os cursos do Polo Diamantina – IFNMG têm duração média de dois anos com uma estrutura organizacional definida pela divisão em quatro módulos para cada período, com duração de seis meses. Não há uma regularidade para oferta de novas vagas, ou seja, os cursos novos só serão implantados após a conclusão dos cursos da oferta anterior. Os editais são lançados e divulgados conforme demanda enviada pelo Centro de Referência em Formação e Educação a Distância – Cead⁶.

Os alunos matriculados nos cursos EaD tem acesso ao Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA – uma plataforma *on-line* que proporciona ao aluno o acesso aos conteúdos das disciplinas do curso em que está matriculado, fóruns de aprendizagens, bem como outros serviços úteis para facilitar a interação junto ao curso. Nesta plataforma participam outros integrantes, tutores e professores, todos com a mesma finalidade em relação ao processo ensino aprendizagem em EaD. Nesse ambiente virtual o aluno participa dos fóruns interativos com o auxílio do tutor presencial, realiza atividades e faz provas *on-line*. Essa ferramenta auxilia o aluno durante o período do curso e faz parte do desenvolvimento dos estudos na EaD. A seguir, apresenta-se a tela em que se caracteriza o ambiente virtual. Na primeira imagem encontra-se a tela de acesso inicial em que o aluno se identifica e disponibiliza sua senha para ingresso no sistema. Na sequência, encontra-se a tela com os dados do aluno dentro do ambiente virtual, conforme figura 4.

⁵ O centro de apoio presencial local é o Polo, onde se desenvolve os cursos a distância, com a infraestrutura para atender as necessidades dos alunos e do Centro de Referência em EaD e Projetos Especiais– Cead. Quando não há um *campus* do IFNMG no município essa estrutura física é por conta dele e é chamado de Polo Avançado. Nesse espaço acontecem os encontros presenciais o acompanhamento e orientações para os alunos, bem como práticas e avaliações (BRASIL, MEC/SETEC-Rede e-Tec Brasil, 2012).

⁶ Atua na promoção de políticas institucionais de apoio à Educação a Distância (EaD). Oferta cursos, nos diferentes níveis e modalidades, promove ainda a implementação das políticas e diretrizes definidas pela instituição no que diz respeito a suas atribuições, e executa outras funções que, por sua natureza, lhe estejam afetas ou lhe tenham sido atribuídas (INSTITUTO FEDERAL DO NORTE DE MINAS GERAIS, 2016).

Figura 3- Tela de acesso inicial ao AVA



Fonte: ead.ifnmg.edu.br

Figura 4 – Dados do aluno no AVA



Fonte: ead.ifnmg.edu.br

Embora a instituição esteja engajada em proporcionar facilidade e interação entre os alunos e o conhecimento, pode-se perceber que, apesar de lotada há tão pouco tempo nessa região e, mesmo considerando sua expansão e sua consolidação, há também um crescimento da evasão nessa modalidade de ensino, questão a ser discutida neste trabalho,

tendo em vista as necessárias reflexões acerca da relação trabalho e educação na consolidação da equidade social.

O capítulo seguinte trata dos desequilíbrios relativos à divisão social, consolidada no sistema educacional brasileiro ao longo do tempo, aparente na dualidade de um ensino que determinou formas diferentes para a educação das elites e das classes menos favorecidas, o que acarretou consequências que se sentem ainda nos dias atuais.

4 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL

A relação entre trabalho e educação sempre foi algo que separou classes e pessoas. Essa divisão de trabalho gera divisão social, dividindo também a educação. No sistema capitalista a igualdade de classes econômicas é algo pouco provável e o Brasil, sendo um país capitalista, possui como característica social uma grande desigualdade de classes econômicas e sociais.

No Brasil Colônia existia escassez de mão de obra, porém era interesse de Portugal manter a estrutura escravista que lhe gerava lucro. Com a chegada de Dom João, em 1808, foi instaurado no Brasil um novo momento, pois, com a fundação de fábricas surge uma forte oportunidade para a educação profissional, em razão da necessidade de mão-de-obra rápida e qualificada (CANALI, 2009).

A primeira medida para o desenvolvimento da força de trabalho foi a aprendizagem nas corporações de ofícios, que nada mais eram que escolas com a função de promover atividade profissional. O público para essa formação inicial eram os menos favorecidos economicamente, tais como as crianças e os jovens, que se tornaram alunos para as atividades de manufatura, artesanato e indústria. As aprendizagens aconteciam nos arsenais militares, onde essas pessoas trabalhavam em situações de escravidão até aprenderem o ofício e se tornarem livres para continuar trabalhando.

Posteriormente, a aprendizagem passou a acontecer dentro das fábricas, sendo denominadas as Escolas de Fábricas. Elas serviram de modelo para outros estabelecimentos de ensino profissional. O ensino de ofícios permaneceu ativo até a instauração do ensino primário no século XIX, ou o ainda chamado ensino das primeiras letras (SAVIANI, 2007).

Em sete de setembro de 1822, data oficial da proclamação da independência no Brasil, a Constituição apresentada encaminhava a legislação sobre a instrução pública, com base nos ideais da Revolução Francesa. Na Constituição de 1822, o ensino profissionalizante foi citado de forma bem superficial, mas delineou as modalidades de ensino. As corporações de ofício tiveram seus interesses particulares, entre eles, dominar o mercado do trabalho de ofícios atendendo aqueles que tinham certificação e qualificação (CANALI, 2009). Assim, os Liceus (1830-1848) inauguraram suas escolas de aprendizes de artes e ofícios e promoviam a formação de 2º grau, englobando qualificação profissional como agricultura, arte e comércio. No entanto, novamente foi vedada a participação de alguns segmentos sociais, mesmo havendo muitos Liceus instaurados (CANALI, 2009).

“Os Liceus passaram a trabalhar em sintonia com a expansão da indústria, que

então passara a se desenvolver mais rapidamente. Para sustentar esse crescimento, era preciso formar mão de obra qualificada, um bem escasso no Brasil naquele momento” (BRASIL, 1997). Nesta perspectiva, o governo mostra sua intenção de qualificar a classe trabalhadora em seu próprio benefício, ou seja, gerar mão-de-obra qualificada a esses indivíduos menos favorecidos. Assim, a formação curricular foi proposta para atender as demandas nacionais, uma vez que a industrialização em ritmo ligeiro precisava de trabalhadores qualificados profissionalmente. A classe trabalhadora reage ao perceber a educação como modelo imposto e começam as reivindicações em defesa de direitos e melhorias educacionais, o que promove condições para o desencadeamento da Revolução Industrial e para uma reflexão sobre a relação trabalho e lucro.

A educação profissional no Brasil, durante a Primeira República, teve como desafio universalizar o ensino primário como ensino público, gratuito e laico. No entanto, essa implantação foi algo falho por inúmeros motivos como a falta de infraestrutura e de recursos humanos suficientes. Dessa forma, favorecia a classe elitizada da sociedade que comandava o governo e que detinha poder econômico. Em contrapartida, a classe trabalhadora seguia trabalhando nas indústrias com pouca remuneração, em um sistema de exploração, vivendo às margens da sociedade, com pouco dinheiro e inúmeros analfabetos (CANALI, 2009). A escola, nesse momento, tinha a intenção prioritária de formar elites que já teriam seus cargos prometidos na administração pública no país. Ainda assim, foram várias as tentativas de reformar a escola, principalmente para atender as demandas de um mercado cada vez mais exigente.

O Decreto 7.566⁷ de 23 de setembro 1909, estabelecia que as classes menos favorecidas economicamente deveriam qualificar seus filhos para que se mantivessem longe da ociosidade e impedidos de cometerem crimes:

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, em execução da lei n. 1.606, de 20 de dezembro de 1906:

Considerando:

Que o augmento constante da população das cidades exige que se facilite ás classes proletarias os meios de vencer as difficuldades sempre crescentes da luta pela existencia;

Que para isso se torna necessario, não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensavel preparo tecnico e intellectual, como fazel-os adquirir habitos de trabalho proficuo, que os afastará da ociosidade ignorante, escola do vicio e do crime;

Que é um dos primeiros deveres do Governo da Republica formar cidadãos uteis á Nação:

⁷ Para demonstrar a principal finalidade do Decreto 7.566 de 1909, optou-se por manter seu registro original .

Decreta:

Art. 1º Em cada uma das capitães dos Estados da Republica o Governo Federal manterá, por intermedio do Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio uma Escola de Aprendizizes Artífices, destinada ao ensino profissional primario e gratuito.

Parapho único. Estas escolas serão installadas em edificios pertencentes á União, existentes e disponiveis nos Estados, ou em outros que pelos governos locais forem cedidos permanentemente para o mesmo fim.

Art. 2º Nas Escolas de aprendizizes Artífices, custeadas pela União, se procurará formar operarios e contra- mestres, ministrando-se o ensino pratico e os conhecimentos technicos necessarios aos menores que pretenderem aprender um officio, havendo para isso, até o numero de cinco, as officinas de trabalho manual ou mecanica que forem mais convenientes e necessarias no Estado em que funcionar a escola, consultadas, quanto possivel, as especialidades das industrias locais (DECRETO Nº 7.566, DE 23 DE SETEMBRO DE 1909).

O documento é claro em relação a sua principal função: deixar longe da marginalidade os jovens filhos de desfavorecidos de fortuna. Por meio desse documento o governo registra seu intuito de marcar que esses jovens não poderiam ficar no ócio ignorante e que deveriam se ocupar com um trabalho, com a justificativa de se afastarem do vício e do crime. Afirma ainda, que é dever do governo formar cidadãos úteis à nação, e nesse caso, esses jovens seriam mão-de-obra qualificada rapidamente para servi-la. As posições sociais são demarcadas conforme a posição de trabalho que eles ocupariam em relação ao trabalho braçal e manual, com baixa remuneração.

Por meio do Decreto 7.566 de 23 de setembro de 1909, foram criadas dezenove escolas profissionalizantes, denominadas de Escolas de Aprendizizes e Artífices. O ensino fornecido gratuitamente tinha como público alvo crianças de 10 a 13 anos, preferencialmente pobres ou “desfavorecidos de fortuna” como consta no documento. De acordo com Canali (2009) foi registrado um grande número de alunos evadidos das escolas, “uma evasão de mais 50% dos alunos” em todo país. Isso se deu por inúmeras razões, tais como a falta de preparo para implantação de escolas. Esse Decreto, além de marcar historicamente a Educação Profissional no Brasil, marca também a divisão de classes: de um lado uma classe trabalhadora e de outro uma classe rica.

Ao longo desse período, o foco passou a ser o ensino profissional. Houve então, uma tentativa de organização e sistematização do ensino. O processo de industrialização contribuía de forma significativa para essa atenção ao ensino profissionalizante, pois precisava de mão-de-obra qualificada de forma rápida. A palavra de ordem era “disciplinar para o trabalho e pelo trabalho”. Ter o controle desses operários era de fundamental importância. A mão-de-obra deveria ser qualificada, e para isso foram disseminadas as ideias

tayloristas⁸ por meio do Instituto de Organização Racional do Trabalho – IDORT. O IDORT além dos princípios tayloristas, serviu de modelo padrão para criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI (AMORIM, 2013).

O SENAI foi implantado pelo Decreto 4.048, de 22 de janeiro de 1942, durante a Era Vargas (1930-1945)⁹, quando houve uma reestruturação da educação em razão da Reforma Capanema coordenada pelo então ministro da educação e saúde Gustavo Capanema. De acordo com Muller (2010), o SENAI surgiu muito antes de ser oficializado, tendo em vista que instituições educacionais anteriores já utilizavam de vários instrumentos pedagógicos que o SENAI apresentou.

A Reforma de Capanema marca a educação brasileira de uma forma duradoura, pois é uma divisora de classe econômica-social; divide a educação em educação básica e superior e ainda regula as ideias pedagógicas para a certificação de trabalhadores e intelectuais, cada um em seu espaço. Nessa Reforma foram implantados inúmeros cursos profissionalizantes para atender aos interesses da nação que estava em crescente desenvolvimento econômico. É visível a dualidade estrutural que se manifesta. Uma educação feita para a elite e outra feita para os trabalhadores. A educação voltada ao aprender a fazer, desenvolvida pelos cursos profissionalizantes, propõe aos alunos um certificado que os declara aptos ao trabalho. Dessa forma, o próprio sistema educacional induz o aluno a emergir no mercado de trabalho e não mais seguir carreira de estudos. À elite, destinava-se uma educação de ensino superior e intelectual (CANALI, 2009, p.09).

Com o Decreto-Lei número 4.073, de janeiro de 1942, instituiu-se a Lei Orgânica do Ensino Industrial, que tratava da organização e do regime do ensino industrial. Este ensino é destinado à preparação de trabalhadores para as indústrias, das atividades artesanais, dos trabalhadores dos transportes, das comunicações e da pesca. A lei representava o pensamento do então presidente Getúlio Vargas que defendia a

⁸ São ideias baseadas na teoria do americano Frederick W. Taylor (1856-1915) em que os trabalhadores fariam uma atividade específica dentro do menor tempo possível. Com auxílio do cronômetro, Taylor determinava o tempo para realização do trabalho. No sistema produtivo da indústria isso leva à especialização do trabalho. De acordo com Tragtenberg (1971), a ideia taylorista “representa uma intensificação e não racionalização do trabalho” o que corresponde a uma visão mecânica do trabalho, o trabalhador como ser restrito a sua função (TRAGTENBERG, 1971, p. 17).

⁹ A Era Vargas (1930-1945) representa “o período em que o Brasil foi governado por um único presidente durante quinze anos ininterruptos, o então presidente Getúlio Vargas. Durante o seu governo optou pela industrialização como forma de redução da então crise econômica que vivenciava o país. O seu governo foi dividido em fases: governo provisório 1930-1934, governos compreendidos entre 1934-1937 e 1951-1954 e um dos principais momentos, o chamado Estado Novo. Esse compreendeu o período de 1937-1945 momento de grande importância no país. O poder estava centralizado nas mãos do Estado. As articulações com empresários e órgãos da força de trabalho, como sindicatos de trabalhadores, fortaleciam o poder do Estado sobre a nação e Vargas detinha de grande poder político e econômico o que possibilitou fazer grandes transformações no país, como políticas, econômicas e sociais” (AMORIM, 2013).

industrialização como um meio de diminuir a crise na economia do país. Sendo assim, a promoção do desenvolvimento da indústria exigia mão de obra qualificada e, para isso, demandavam-se, conseqüentemente, custos. As empresas não apresentavam condições de arcar com os gastos do projeto de industrialização, então, o Estado assume essa responsabilidade. Os empresários desempenharam ações essenciais para o processo de industrialização “apresentou ao Estado a sua agenda para concretização desse processo” (AMORIM, 2013, p. 6).

Embora não se possa considerar, nesse contexto, a burguesia industrial como a classe que determina quais políticas públicas deviam ser priorizadas, está fora de dúvida o seu apoio a toda e qualquer iniciativa estatal que viesse a lhe favorecer. Se a intenção do governo Vargas era o controle dos trabalhadores pela disciplina do trabalho, certamente teria todo o apoio por parte do empresariado. Pode-se destacar o interesse dos industriais pelo ensino profissional, a ponto de buscarem o controle sobre a formação de mão-de-obra especializada (AMORIM, 2013, p. 6).

A necessidade de mão-de-obra qualificada era algo imediato, tendo em vista o processo de industrialização, por isso, ao trabalhador contratado era fundamental que tivesse uma qualificação exigida pela indústria, porém, no ensino regular, essa formação poderia ser mais demorada. Dessa forma, através de acordos e convênios o Governo criava um ensino concomitante ao ensino oficial, promovido pelas empresas. Ainda no ano de 1942, os Liceus Industriais passam a se chamar Escolas Técnicas, que ofertavam o primeiro e o segundo Ciclos do Ensino Industrial; as instituições que ofertassem apenas o primeiro ciclo seriam chamadas de Escolas Industriais. Em decorrência do resultado dessas empresas profissionalizantes, as Escolas Técnicas Federais começavam a ser pensadas e organizadas.

Em 1945, com o fim do Estado Novo, a Lei Orgânica do Ensino Industrial passa por modificações e é substituída pela Lei 1.076 de março de 1950, que assegura que os estudantes que concluírem curso de primeiro ciclo do ensino comercial, industrial ou agrícola, têm direito à matrícula no curso clássico e científico. (CANALI, 2009, p.11). É um passo que propõe colocar fim à dualidade educacional, pois os alunos têm a chance de continuar a vida escolar. É a primeira vez que o ensino inicial (propedêutico) e os cursos profissionalizantes fazem parte do currículo de forma contínua.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN – instituída pela Lei número 4.024 de 20 de dezembro de 1961, marca a história da educação como um todo, pois essa demarca todos os níveis de ensino desde a educação primária, médio, profissionalizante e superior. A proposta era que houvesse equivalência plena, oferta dos cursos secundários e profissional sem restrições e, dessa forma, extinguir a hostilidade

contra o ensino profissional e ainda que o aluno pudesse escolher a sua formação curricular. Propagava-se, nesse sentido, o fim da dualidade do ensino que, no entanto, foi finalizada apenas nos documentos, pois na prática cotidiana, continuava a existir, sendo possível notar pelos currículos escolares dos diferentes cursos que um ensino era destinado para dar continuidade ao processo educativo e, em outros currículos, fixava-se a formação específica para o trabalho (CANALI, 2009, p.11).

A Lei 5.692 de agosto de 1971 instituiu uma proposta de estrutura do nível médio ofertado conjuntamente com o profissionalizante, para todos os estudantes. Canali (2009) defende que, com a implantação dessa lei, é instaurada uma educação baseada em dois princípios: a continuidade e a terminalidade. A continuidade seria a proposta de currículo com uma base comum global, no 1º grau, voltada à formação básica e, no 2º grau, com formação profissional. Segundo a autora:

A continuidade seria proporcionada por um conteúdo curricular que parte de uma base de educação geral ampla, nas primeiras séries do 1º grau em direção à formação especial e às habilitações profissionais no 2º grau. A terminalidade seria proporcionada pela possibilidade de cada nível ser terminal, isto é, facultar uma formação que capacitasse o educando para o exercício de uma atividade. Logo, concluído o 1º grau, o jovem já estaria em condições de ingressar no mundo do trabalho como resultado da iniciação para o mesmo, oferecido nas séries finais do 1º grau. Em nível de 2º grau, a terminalidade diz respeito à habilitação profissional de grau médio que proporciona as condições essenciais de formação capaz de assegurar o exercício de uma profissão, ainda que o estudante pretendesse prosseguir para o nível superior (CANALI, 2009, p.13).

Houve um descrédito na escola pública, visto que as escolas privadas continuavam tendo seus currículos propedêuticos voltados para atingir o nível superior, atendendo as camadas sociais mais privilegiadas. Já as escolas públicas, seguem esse modelo de uma formação ampla para a comercialização de mão-de-obra. Evidencia-se, assim, que a dualidade estrutural da educação continuaria imersa nas classes socioeconômicas, com a exclusão dos menos favorecidos economicamente.

O currículo não apresentou melhorias, tanto no ensino profissional e nem o ensino propedêutico. Falhas no sistema educacional, como falta de recursos humanos e materiais, falta de uma base curricular bem elaborada que permita uma formação estudantil básica e outra que propicie uma instrução profissional, levaram alunos a desistirem da escolarização, trazendo um grande número de evasão e repetências. Além desses problemas citados, alunos de classe média que frequentavam as escolas públicas, passaram a migrar para as escolas particulares, buscando garantir uma formação básica de qualidade para

ingresso ao curso superior (CANALI, 2009).

Nos anos de 1960 e 1970, em decorrência da Lei 6.545 de 30 de junho de 1978, que transformou três Escolas Técnicas Federais do Paraná, Minas Gerais e do Rio de Janeiro em Centros Federais de Educação Tecnológica, houve uma valorização do ensino profissional oferecido pelas Escolas Técnicas Federais, com ofertas de um grande número de vagas. Diante disto, é interessante apontar que, ao longo da história, a educação profissional recebeu várias nomenclaturas.

Quadro 4 – Nomenclaturas das escolas de educação profissional

ANO	Nomenclaturas
1909	Escola de Aprendizes e Artífices.
1937	Liceus.
1959	Escola Técnica Federal.
1978	Centro Federal de Educação Tecnológica.
1999	Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica – Cefets.
2008	Institutos Federais de Educação, Ciências e Tecnologias.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir de dados da pesquisa aplicada.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de dezembro de 1996 traz, em seus pressupostos, o Ensino Médio como parte final da Educação Básica e porta de entrada para o Ensino Superior. Pelo disposto, o aluno ainda tem a oportunidade de fazer o Ensino Médio propedêutico ou escolher pelo Ensino Médio Técnico Profissionalizante.

O Decreto 2.208 de 17 de abril de 1997 retrata novamente um sistema com dualidade educacional, comprovada pelo “Art. 1º, Inciso IV - qualificar, reprofissionalizar e atualizar jovens e adultos trabalhadores, com qualquer nível de escolaridade, visando a sua inserção e melhor desempenho no exercício do trabalho”. Desta forma, temos uma formação de alunos direcionada a se constituir mão-de-obra qualificada e outra, para alunos que são destinados a seguir carreiras de nível superior, pois continuarão estudando e terão acesso a esse nível de ensino.

A formação é específica, ou seja, o sistema de ensino pouco se modificou desde a Era Imperial, o que houve foi apenas um novo diálogo entre os modelos de ensino, no entanto, nada que, de fato, modificasse o sistema de forma que atingisse a todos de forma igualitária.

O resultado dessa configuração da educação profissional por meio do Decreto 2.208/1997 constitui-se em, mais uma vez, num sistema paralelo, um subsistema de ensino que conserva a estrutura dualista e segmentada da educação profissional - que se arrasta desde o Império - que rompe com a equivalência, permitindo apenas a articulação entre as duas modalidades de ensino (CANALI, 2009, p. 15).

O Art.3º desse Decreto esclarece sobre níveis da educação, configurando-os como:

I - básico: destinado à qualificação, requalificação e reprofissionalização de trabalhadores, independente de escolaridade prévia;

II - técnico: destinado a proporcionar habilitação profissional a alunos matriculados ou egressos do ensino médio, devendo ser ministrado na forma estabelecida por este Decreto;

III - tecnológico: correspondente a cursos de nível superior na área tecnológica, destinados a egressos do ensino médio e técnico (BRASIL, 1997).

E assim se instauram opções ao estudante, que podem realizar a formação profissionalizante de forma concomitante ao ensino médio, aquela em que o aluno faz o curso profissionalizante no contra turno do ensino médio, ou a sequencial ao ensino médio. Vale ressaltar que, apesar de poder fazer os cursos concomitantemente, os currículos de cada modalidade são diferentes e o aluno só poderá retirar a certificação do curso profissionalizante após a certificação do ensino médio concluído.

O Ensino Profissionalizante, interpretado na maioria das vezes como um complemento do Ensino Médio, apesar do seu currículo distinto e independente, é oferecido na forma optativa e, portanto, cabe ao aluno, durante o processo educacional, optar pela formação básica ou pela qualificação que o direcione as expectativas e necessidades do mercado de trabalho.

O Curso Técnico apresenta-se com uma forma célere e qualificada para a inserção no mercado de trabalho, pois é necessário um investimento de tempo menor para a sua formação quando comparado ao Ensino Superior. Isso atinge novamente a população economicamente menos favorecida, principalmente as mais jovens, privadas por muitas vezes da educação pública de qualidade e gratuita conforme prevê a Constituição Federal de 1988. Para esse grupo, o Ensino Profissionalizante é a principal alternativa para a ascensão social e busca de uma vida digna que ofereça novas perspectivas e realizações humanas.

Ressalta-se que com o Decreto nº 2.208/1997, o Governo Federal financiou a reforma da educação profissional, por meio do Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP), estendendo a responsabilidade das ações de promoção aos Estados e Municípios, aceitando-se convênios e parcerias com o setor privado. A Educação Profissionalizante e o Ensino Médio são tratados como segmentos distintos e separados pela

LDBEN/1996. A dualidade educacional permeia o sistema de divisão de classes, como afirma Frigotto (2005, p. 72), “as relações sociais dominantes buscam reduzir o trabalho humano de atividade vital à mercadoria força de trabalho. Uma mercadoria cujo valor se define no mercado do emprego – compra e venda de força de trabalho”.

O governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso foi marcado por movimentos civis na tentativa de mudanças no sistema educacional brasileiro, principalmente no que diz respeito ao fim da “dualidade estrutural”. No entanto, isso não se efetivou, visto que a sociedade e o mercado de trabalho tendiam a demandar mais qualificação. Nesse sentido, Freire e Lima (2012) defendem que:

Temos a sociedade do conhecimento e o mundo do trabalho que têm exigido cada vez mais, trabalhadores qualificados, que demonstrem capacidade crítica, que tenham autonomia para gerir seu próprio trabalho, que possuam habilidades para atuarem cooperativamente em equipes e que saibam analisar e solucionar criativamente situações desafiadoras, observando os princípios éticos, estéticos e políticos. Nesse sentido a concepção de competência constitui fundamento para a ação articulada (FREIRE & LIMA, p. 4 e 5, 2012).

O ano de 2003 é um marco histórico para a democracia do Brasil com a eleição do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva e a ascensão social da classe trabalhadora. Neste contexto, conforme Decreto 5.154 de 23 de julho de 2004, a Educação Profissional ganha nova organização, podendo se dar:

- 1) na forma integrada, em cursos em se faz o ensino médio juntamente com a formação técnica na mesma instituição de ensino;
- 2) concomitante, em cursos de formação técnica, ministrados juntamente ao ensino médio, que pode ser na mesma instituição ou em instituição diferente;
- 3) subsequente, em cursos em que o aluno faz apenas o técnico, após conclusão do ensino médio.

No Brasil, houve a divisão de camadas sociais pelo trabalho, uma característica da educação profissional que se mantém desde a primeira regulamentação da educação profissional em 1909. A dualidade estrutural permeou ao longo da história da educação do Brasil e isso demonstra a divisão das camadas sociais pelo trabalho e explica também a formação do Ensino Médio e Profissionalizante (ALMEIDA, 2012). Políticas como a Medida Provisória – MP 746, de 2016 – que trata da Reformulação do Ensino Médio, podem ser lidas como um retrocesso para a educação pública brasileira, tendo em vista que esta reforma delimita os alunos nos espaços educativos determinados pelas suas condições

socioeconômicas.

No discurso do atual governo existe uma tentativa de afirmar que a implantação da MP é uma revolução educacional, que tem como proposta uma educação moldável em que o aluno se sente atraído por ela. No entanto, essa proposta tende a viabilizar ainda mais a dualidade estrutural, visto que as oportunidades não podem ser iguais a todos os estudantes porque conforme a proposta, há redução e limite de conteúdos como Filosofia, Sociologia, Artes, Educação Física, História, Geografia, Química, Biologia, Física, Língua Espanhola, sendo que, apenas Língua Portuguesa, Matemática e Língua Inglesa são disciplinas obrigatórias. No entanto, as redes privadas de ensino manterão a estrutura propedêutica visando ao acesso no ensino superior (MOTA; RODRIGUES, 2017).

Corroborando com as diversas críticas feitas à MP 746, sobretudo no meio educacional, que apontam que ela seja um recuo à educação nacional e um mecanismo de exclusão social, salienta-se, neste contexto, a proposição de aumento progressivo da carga horária do ensino médio para 1400 horas. A questão principal é: Como os filhos da classe trabalhadora poderão se inserir nessa ampliação? A questão implica considerar que muitos desses alunos recorrem ao estudo noturno, visto que trabalham durante o dia. Para Mota e Rodrigues (2017), a Medida Provisória representa

um retrocesso de décadas em nossa histórica educacional, devendo deixar para as novas gerações de educandos um *déficit* na qualidade de sua formação, oxalá a serem um dia supridas novamente, no caso de não se conseguir reverter a aprovação dessa Reforma no âmbito político. A Reforma promove, ainda, uma exclusão social quanto aos filhos das classes trabalhadoras que possuem como única alternativa de acesso à educação escolar, o período noturno. Considerando-se que a carga horária será ampliada, a fim de estabelecer o ensino integral, temos que ou as atividades correspondentes à carga horária estendida não contemplarão esses segmentos sociais, visto que se recorrem ao ensino noturno é porque trabalham durante o dia; ou essas atividades serão um “faz de conta”, como aconteceu com a reforma de 1971. Registre-se que o ensino noturno abriga a grande maioria dos alunos da rede pública (MOTA E RODRIGUES, p.16 e 17, 2017).

Observam-se nesta Medida resquícios de mais de um século de volta ao passado, no sentido de delimitar situações e dividir a população em classes sociais. De um lado, uma população que terá acesso ao ensino propedêutico e ao ensino superior, classes elitizadas. De outro lado, está o ensino médio e o ensino técnico destinado aos desvalidos de fortuna, que após a conclusão do ensino médio constituirão mão-de-obra barata no mercado de trabalho. O movimento civil em prol do sistema de Ensino Profissionalizante deve continuar para que

melhorias sejam alcançadas e propiciem aos alunos, por meio da educação politécnica¹⁰, mais oportunidades educacionais e intelectuais, com formação crítica que leve à reflexão sobre o mundo em que está inserido, compreendendo as questões econômicas, sociais, culturais, entre outras que fazem parte da vivência humana.

O sistema escolar enfrenta uma crise nos dias atuais. É necessário refletir sobre um novo modelo de educação e de escola. Na visão de Gramsci (2006) é extremamente importante a escola profissional para o crescimento da indústria, no entanto, a escola profissional não deve se reduzir a uma “escola manual”. Para que haja uma aprendizagem de forma efetiva, o aluno deve se permitir “uma consciência moral e social sólida e homogênea”, somente dessa maneira o aluno perpassa pelo processo de trabalho ou escolas profissionalizantes (GRAMSCI, 2016, p. 39).

Uma nova proposta de escola unitária, em que se pretende reestruturar o sistema educacional e o ensino profissional, não deve ser um adestramento do aluno, para isso é imprescindível que tenha uma nova relação entre trabalho manual e trabalho intelectual.

Gramsci (2016) faz considerações sobre o trabalho como princípio educativo que se pauta no processo onto-histórico de produção da existência humana que pretende ter uma formação do ser em sua integralidade. Formula então, a omnilateralidade, na qual o ser humano deve ser uma combinação de qualidades que transformem o homem como um ser completo, porém, ele deve manter suas individualidades e particularidades.

Portanto, a formação omnilateral presente no sistema capitalista é algo difícil de alcançar, tendo em vista a dualidade estrutural na educação brasileira e o fato dela estar intimamente ligada a origem social em que se encontra o aluno. Ainda assim, é necessário implantar uma qualificação profissional com mais zelo à classe trabalhadora, oferecendo a educação profissionalizante com respeito e equidade, meios para que todos tenham igualdade nas propostas educacionais, independente da classe social.

Assim, cabe discutir a situação dos cursos e instituições, apresentando a situação de que hoje se dispõe e as razões pelas quais muitos dos alunos que procuram cursos profissionalizantes a distância não chegam a concluí-los. Para isso, apresentam-se, na sequência, alguns importantes estudos sobre o tema.

4.1 A evasão dos cursos técnicos no Brasil

¹⁰ A educação politécnica uma interação de inúmeros conhecimentos, é o fim da “dualidade estrutural”, uma nova definição educacional única, para todos que pensam sobre os conhecimentos científicos para o trabalho, uma nova visão educacional atualizada (CANALI, 2009).

De acordo com Houaiss (2009), evasão significa “ação de abandonar algo; desistência, abandono: evasão escolar”. Se recorrermos à etimologia da palavra, temos: do latim *evasio*, de *evadere*, “fugir, escapar”, de *ex-*, “fora”, mais *vadere*, “ir, caminhar”. Assim, em Língua Portuguesa, teremos a palavra evasão relacionada a sair, ir embora.

A evasão é um tema recorrente nas pautas de discussão sobre a educação no Brasil, principalmente sobre a evasão nas escolas públicas. O ir e vir do aluno durante o processo educativo leva as instituições a definirem como e quando o aluno evade de fato.

De acordo com Vitelli e Fritsch (2016), existem dificuldades em definir evasão escolar, pois:

Alguns problemas que surgem nas concepções com relação ao uso do termo evasão são:

- a. na evasão imediata, não há como saber se ela passará a ser temporária (por períodos definidos – dois, três ou mais períodos) ou definitiva, assim como se é uma evasão da instituição ou do sistema;
- b. não há consenso sobre qual o período de tempo estabelecido para que uma evasão por período definido não seja definitiva;
- c. não existe consenso sobre qual o período de tempo estabelecido para que uma evasão seja classificada como definitiva, uma vez que o discente pode retornar em dois ou mais anos após sua última matrícula;
- d. quando um discente não faz matrícula em um curso da instituição, mas ingressa em outro curso da mesma instituição, ele é considerado evadido do curso (não da instituição nem do sistema) (VITELLI e FRITSCH, 2016, p.11).

A evasão é usada como um dado que define o desenvolvimento de instituições; é entendida como indicador da desistência ou permanência do aluno em sua relação com o desempenho dos cursos. Assim, trata-se de um grande problema que permeia o processo de ensino e pode ser visto como um dano na perspectiva do aluno, pois causa problemas de cunho pessoal, social, humano, econômico e profissional. Já a instituição pode perder credibilidade, comprometer a sua produtividade e eficiência (CARNEIRO; SILVA e BIZARRIA, 2014).

A fim de evitar tantos danos é necessário promover mecanismos para garantir a permanência e o êxito do aluno no sistema educacional, tal como define a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em seu Artigo 3º, “o ensino será ministrado com base no princípio da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (BRASIL, 1996, p. 12).

De acordo com Carneiro, Silva e Bizarria (2014), são inúmeras as razões que podem levar os alunos a evasão dos cursos, principalmente na modalidade a distância. As autoras levantaram três características principais que influenciam a evasão: 1- características individuais; 2- características que tem relação com os fatores internos; 3- características e fatores externos à instituição de ensino.

Os apontamentos realizados pelas autoras podem ser utilizados como uma estratégia para trabalhar a redução da evasão em cursos da modalidade EaD. Ainda que a evasão seja uma questão tanto para cursos presenciais como para cursos à distância, neste último, exigem-se mais estratégias de redução por se tratar de uma modalidade na qual o aluno é protagonista do seu processo de ensino e aprendizagem.

Para Emanuelli (2011), os fatores que levam os alunos a evasão estão relacionados à falta de relação face a face entre o aluno e o professor; falta de habilidade com o uso das tecnologias, que são importantes nesse processo e falta de agrupamento de alunos numa sala de aula física. Todas essas questões causam o isolamento do aluno. Para a autora, os fatores determinantes da evasão são a falta de suporte dos tutores / professores e fatores pessoais, mais especificamente remetidos a um desinteresse do aluno por estudar sozinho. Por fim, a autora defende que a relação entre professor e aluno presencial é algo raro na modalidade EaD, mas que esse pode ser um aspecto vantajoso visto que o aluno tem oportunidade de aprender no seu tempo, em qualquer momento, sem limitação de horário e espaço físico.

Na perspectiva dos fatores analisados por Carneiro, Silva e Bizarria (2014), a saber: condições individuais dos estudantes, relação com os fatores internos e externos à instituição de ensino, considerou-se também importante procurar, à luz das condições históricas da educação a distância no país, aspectos que podem contribuir para o entendimento dos aspectos contextuais contemporâneos.

4.2 A educação a distância no Brasil

A Educação a Distância, iniciou-se por correspondência, com o intuito de estender ao maior contingente de pessoas, as oportunidades educacionais. As camadas menos privilegiadas eram o foco principal, tendo em vista que a EaD estava ligada a cursos profissionalizantes direcionados ao mercado de trabalho e tinha o intuito político de democratizar o ensino destinado à população de baixa renda como uma forma de diminuir problemas educacionais causados pelo sistema capitalista (MUGNOL, 2009).

Para Mugnol (2009) a EaD é marcada pelo fato de que aluno não precisa estar no mesmo local que o professor para que haja aprendizagem, no entanto, essa e outras questões são desafiadoras para as instituições de ensino, visto se tratar de uma modalidade que sofre preconceitos, pois é destinada à população que está à margem da sociedade. Para que aconteça a EaD é necessário contar com tecnologias como computadores, plataformas de ensino, videoaulas, entre outras, como suportes no momento da aprendizagem.

A distância física entre professores e alunos, a comunicação com o uso da mídia, são inovações trazidas pela EAD que se constituem num desafio para as instituições de ensino. Exigem investimentos em tecnologia avançada para a mediação e ao mesmo tempo mudança na cultura dos professores e alunos que tem como parâmetro o modelo pedagógico presencial, caracterizado pela presença física de professores e alunos num mesmo tempo e espaço. (MUGNOL, p. 05, 2009).

A EaD tem como foco central o aluno, pois ele é o maior responsável pelo seu aprendizado. O estudante necessita ter disciplina e organização para se dedicar aos estudos de forma autônoma e precisa utilizar as tecnologias como um dos mediadores do processo de aprendizagem.

Segundo Castanho (2012), o primeiro registro da modalidade de educação a distância no Brasil aconteceu no século XVIII, por meio de cursos ofertados por correspondência, definindo um momento de aprendizagem diferente do regular e formal, uma vez que o aluno e o professor não necessitavam compartilhar o mesmo espaço físico. A formação por correspondência no país ofertou como primeiro curso, o curso de datilografia. Esse sistema educacional passou por diversos entraves, dentre eles, precária organização dos correios e falta de incentivo político e econômico, o que atrasou o processo de evolução da EaD.

Em 1923 foi implantada a Rádio Sociedade do Rio Janeiro que visava à transmissão de saberes por um meio de comunicação de fácil acesso a população, o rádio. Essa emissora tornou-se propriedade do Ministério da Educação e Saúde no ano de 1936 e, por meio de cessão do grupo proprietário da emissora de rádio e o Ministério da Educação e Saúde, criou o Serviço de Radiodifusão Educativa.

O rádio é um instrumento de comunicação de baixo custo, assim torna-se acessível a um grande número de pessoas. Em muitos lugares, por se tratar de um meio de comunicação de baixo custo, é o único meio de comunicação e de transmissão de notícias. O rádio teve grande importância ao longo da história do Brasil, no Estado Novo, na Era Vargas e na Ditadura Militar. Os governantes perceberam que podiam usá-lo como meio de comunicação a favor de seus ideais.

O Instituto Rádio Técnico Monitor, no ano de 1939, em São Paulo, foi o maior meio de divulgação da informação de forma eletrônica. Em seguida, foi implantado o Instituto Universal Brasileiro–IUB em 1941. Esse foi um marco na implantação da Educação a Distância no Brasil, pois divulgou os cursos profissionalizantes à distância como o objetivo de formação profissional. O IUB ofertou dois modelos de cursos: cursos

informais ou livres e cursos formativos educacionais ou regulamentados por lei. Os primeiros cursos informais foram os cursos de estenografia, datilografia, taquigrafia e eletrônica em rádio. Posteriormente, foi divulgado o curso de ensino ginásial, no qual, após os estudos, o aluno prestava uma prova denominada Exame de Madureza Ginásial, regulamentado pelo Decreto Lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942.

Os cursos ofertados pelo Instituto Universal Brasileiro – IUB eram realizados por correspondência, o material didático e os trabalhos eram enviados pelos correios. Estudantes eram atraídos pela comodidade de poder realizar os cursos sem precisar se deslocar. O IUB ainda exerce suas atividades, sendo uma instituição que funciona formando alunos na modalidade de EaD.

O Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC – no ano de 1946 usou o rádio como meio de desenvolver as atividades educacionais. Ao levar o saber pelas vias de rádio, tornou-se um meio de comunicação importante no processo educacional da população do Brasil. No ano seguinte foi implantado o Serviço Social do Comércio – SESC, que utilizou o rádio e a EaD como meio de proporcionar a formação profissionalizante.

Com a chegada da televisão esse sistema de transmissão educacional via rádio foi perdendo força e interesse. Os programas gravados e/ou ao vivo tomaram conta da atenção da população, bem como as instituições educacionais que começaram a usar esse método para continuar a EaD. Com o novo meio de comunicação, entra em cena o Telecurso, que consistia na emissão de teleaulas e ofertava cursos profissionalizantes do supletivo do ensino fundamental (antigo 1º grau, ou ginásio) e do ensino médio (2º grau, ou colégio), todos na modalidade EaD. O Telecurso ofertado pela Fundação Roberto Marinho, fez avançar a modalidade EaD e ganhou força, visto que os alunos podiam estudar no conforto de suas casas ou frequentar a instituição de ensino que ofertava o telecurso e, ainda, assistir às teleaulas (ROMANI, 2000, p. 26).

Na década de 1980, a internet foi o meio de comunicação que trouxe ampliação da modalidade EaD. Nesse momento, pesquisadores e instituições educacionais se viram instigados a promover EaD como uma modalidade educacional de qualidade e que pudesse atingir um maior quantitativo de pessoas no território brasileiro. Houve um processo longo até que a internet chegasse às residências no Brasil, e, dessa forma, as aulas eram ministradas, também, em salas de encontros presenciais, nos dias marcados pelos cursos. Nesse contexto, o modelo de EaD ganhou força, pois o aluno passou a ter liberdade para assistir às aulas, estudar e aprender novos ofícios.

De acordo com Castanho (2012), a EaD pode se dividir em quatro gerações em termos de tecnologia: uma em 1840, que funcionava basicamente em textos escritos, tendo como suporte os correios para o envio de correspondência; outra, nos anos de 1950, que usou como métodos o rádio e a televisão; mais uma, nos anos de 1960 a 1970, que se utilizou das ferramentas mencionadas nas gerações anteriores, e, por último, promoveu por meio das tecnologias atuais com o computador e internet. A figura 5, a seguir, ilustra a divisão das gerações da EaD:

Figura 5 – Gerações tecnológicas da EaD



Fonte: Elaborada pela pesquisadora.

Por meio do estudo sobre o processo de evolução da modalidade foi possível perceber o quanto a EaD é essencial e se tornou fundamental em todo Brasil. Devido ao vasto território brasileiro, a modalidade de ensino EaD pode ser uma saída para diminuir as desigualdades educacionais impostas ao longo dos anos. No entanto, não basta atingir um grande número de pessoas, é necessário fornecer uma educação de qualidade, com condições tecnológicas e pedagógicas para que ela aconteça de forma eficaz.

A EaD modificou o ensino na medida em que professor e aluno, mesmo estando separados no espaço físico e no tempo, podem interagir no processo de aprendizagem, sua evolução acontece de maneira veloz e pode se tornar, para as próximas gerações, um novo modelo de interação e maior qualidade tecnológica.

As tecnologias da informação aplicadas à EAD proporcionam maior flexibilidade e acessibilidade à oferta educativa, fazendo-as avançar na direção de redes de distribuição de conhecimentos e de métodos de aprendizagem inovadores, revolucionando conceitos tradicionais e contribuindo para a criação dos sistemas educacionais do futuro. Serão alcançados, em escala e com qualidade, novas gerações de estudantes e os jovens e adultos trabalhadores, em seus domicílios e locais de trabalho, beneficiando todos quantos precisam combinar trabalho e estudo ao longo de suas vidas (SARAIVA, 2008, p.11).

Será necessário um grande esforço cooperativo para destruir as barreiras da modalidade EaD. Ela facilita o acesso à educação diminuindo as fronteiras territoriais, possui a capacidade de abrangência de alunos, configura-se como uma modalidade de ensino eficiente aliada ao uso das tecnologias, proporcionando acesso à educação de qualidade, promoção pessoal e profissional (SARAIVA, 2008).

As instituições de ensino que ofertam a educação técnica profissionalizante procuraram, ao longo do tempo, e ainda procuram na EaD, uma possível forma de proporcionar uma formação profissional ao maior número de pessoas e a uma maior abrangência territorial, sem falar nos baixos custos quando se compara à oferta dos mesmos na modalidade presencial.

Dessa forma, a EaD, que se apresenta como uma alternativa de novos programas de inserção à educação, proporcionando condições importantes para a formação continuada, profissional e pessoal do indivíduo, depara-se com um obstáculo que carece de maior análise: a evasão, foco do estudo realizado desta pesquisa, tendo por objeto os cursos técnicos profissionalizantes do *Campus Diamantina – IFNMG*.

5 A EVASÃO DOS CURSOS TÉCNICO PROFISSIONALIZANTES EM EAD DO CAMPUS DIAMANTINA – IFNMG: ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADOS DA PESQUISA

Este capítulo tem como objetivo a apresentação, análise e interpretação dos dados da pesquisa realizada com os alunos evadidos dos cursos técnicos na modalidade de EaD do *Campus* Diamantina-IFNMG. Buscou-se organizar os dados coletados levando em consideração a questão central da pesquisa: investigar os fatores que culminaram na evasão dos alunos dos cursos técnicos, relacionando-se aos objetivos aos quais se procurava atender, realizando a articulação com o referencial teórico desenvolvido para subsidiar as análises realizadas pelos questionários e entrevistas aplicados. No momento das reflexões foi necessário, inclusive, trazer novas leituras que ajudassem a tratar os dados que emergiram com novidades, no contexto da pesquisa.

Tendo empregado recursos da pesquisa quantitativa, torna-se relevante a apresentação de gráficos e tabelas que, supõe-se, auxiliam na visualização dos dados e proporcionam melhor demonstração na interpretação e análise dos resultados. Esses elementos encontram-se desenvolvidos no decorrer da descrição da pesquisa.

Os dados sinalizam incoerências na apresentação das respostas dos questionários e das entrevistas, sobretudo nas questões que buscam evidenciar o motivo pelo qual os alunos não deram continuidade ao curso. Tais incoerências e contradições despenderam esforços na busca de possíveis explicações baseadas no referencial teórico e na interpretação mais rigorosa das respostas obtidas por meio das entrevistas que permitiram maior envolvimento com as pessoas entrevistadas.

A tabela 1 demonstra os números em relação à quantidade de vagas ofertadas por curso, o número total de alunos de evadidos e o número de evadidos que assinaram o “termo de desistência de vaga”.

Tabela 1 – Levantamento do número de alunos evadidos, por curso, no IFNMG – Campus Diamantina, período de 2015 a 2017 na EaD.

Curso	Nº de vagas ofertadas	Nº vagas preenchidas	Total de alunos evadidos por curso	Nº de Alunos que assinaram o “Termo de Desistência”
Administração	40	40	38	06
Agente Comunitário de Saúde	40	40	38	05
Serviços Públicos	40	40	29	03
Informática para Internet	40	40	26	08
Libras II	40	40	24	06
Libras I	40	40	22	09
Finanças	40	40	21	02
Alimentação Escolar	25	25	21	09
Secretaria Escolar	25	25	19	06
Multimeios Didáticos	25	25	13	08
Total de alunos	355	355	251	62

Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir de dados da pesquisa aplicada.

Observando a tabela 01, verifica-se que o número de alunos evadidos dos cursos técnicos é relativamente alto. Na oferta 2015/2017, foram disponibilizadas 420 vagas e dos 355 matriculados, 251 alunos evadiram. Ou seja, 70,7% dos alunos não conseguiram concluir o curso desejado. A evasão na EaD “é uma realidade que tem chamado à atenção e despertado a preocupação dos envolvidos no processo educativo, uma vez que o reconhecimento de suas causas e seu combate são extremamente importantes em uma sociedade que necessita socializar a educação ao máximo”. Por isso, são necessárias reflexões sobre possíveis medidas para minimizar os problemas da evasão (DE SÁ JARDIM, 2016, p.4).

De acordo com Carneiro, Silva e Bizarria (2014), inúmeras são as razões que podem levar os alunos à evasão dos cursos, principalmente na modalidade a distância. As autoras levantaram três características principais que influenciam a evasão: 1- características individuais; 2- características que tem relação com os fatores internos; 3- características a fatores externos à instituição de ensino. As características individuais são divididas em: limitação pessoal, dificuldade na adaptação à modalidade e falta de tempo; já as questões internas se dividem em: problemas internos da instituição de ensino; metodologia utilizada pelo professor, tutor ou mediador; material didático. Por fim, os fatores externos: dificuldade de conciliar trabalho, estudos e outros a fazeres; dificuldades financeiras e questões

familiares.

Após a análise dos dados, verificou-se que os cursos técnicos profissionalizantes do Polo EaD do *Campus* Diamantina – IFNMG com maior índice de evasão são: Técnico em Administração, Técnico em Agente Comunitário de Saúde e Curso Técnico em Serviços Públicos. Entende-se que a evasão na modalidade EaD é uma ação do estudante que precisa ser mais bem entendida para que assim sejam possíveis estudos em torno desse tema procurando-se propor medidas na tentativa de diminuir o número de alunos evadidos.

Para tanto, torna-se indispensável compreender o perfil desses alunos.

5.1 Perfil dos alunos evadidos do Polo EaD do *Campus* Diamantina do IFNMG

Os dados coletados mostram que a maioria de ingressantes e evadidos nos cursos técnicos na modalidade EaD é do sexo feminino e que existe uma grande discrepância em relação ao número de matriculados e evadidos quando relacionados aos sexos dos alunos. Entende-se, por isso, que a questão de gênero deve ser considerada a fim de se verificar e avaliar as causas da evasão em maior percentual de ex-alunas evadidas (mulheres) quando comparados aos evadidos (homens).

Sobre a busca das mulheres por qualificação profissional, os dados do Censo 2010 demonstram que cursos de graduação como Ciências da Educação ocupam 92,3% das matrículas; Enfermagem e Atenção Primária (Assistência Básica) atingem 84,4%; Psicologia alcança 81,1%%; Biologia e Bioquímica chegam a 71,5% e Farmácia 71,3%. De modo geral, os dados apontam para os cursos que mais atraem matrículas do sexo feminino (CENSO, 2010 p, 46).

Além disso, é preciso registrar o grande peso das matrículas nos cursos de graduação presenciais e a distância por pessoas do sexo feminino. No entanto, os dados da pesquisa também revelam que dos alunos evadidos 87% eram mulheres.

Compreende-se, dessa forma, que a significativa busca por qualificação profissional da mulher na atualidade está ligada à busca por seu espaço na sociedade, no trabalho e nas vivências cotidianas, tendo em vista que no Brasil, até meados do século XIX, ao sexo feminino as oportunidades de escolarização eram reduzidas e, quando havia oferta, lhes cabiam apenas propostas educativas, relativas ao aspecto cultural da imagem maternal, com conteúdo destinado ao cuidado e a questões relacionadas aos afazeres domésticos. Desse modo, era reforçado a todo instante um “papel histórico” da mulher na sociedade, como mãe e esposa, destinada, fundamentalmente, às funções domésticas ou, quando muito, remetendo-a ao desempenho de funções na educação, sendo-lhe disponibilizada uma

formação de nível secundário, voltado para o ensino do magistério e a docência nos cursos primários (BELTRÃO; ALVES, 2009, p. 128).

Ao sexo feminino cabia, em geral, a educação primária, com forte conteúdo moral e social, dirigido ao fortalecimento do papel da mulher como mãe e esposa. A educação secundária feminina ficava restrita, em grande medida, ao magistério, isto é, à formação de professoras para os cursos primários. As mulheres continuaram excluídas dos graus mais elevados de instrução durante o século XIX (BELTRÃO; ALVES, 2009, p. 128).

O evidenciamento da questão do gênero no cenário educacional denota a urgência da tomada de decisões que repercutam melhor a presença da mulher no processo educativo. De acordo com Louro (2003), a mulher, desde os anos 1960 e 1970 teve uma representação expressiva nas manifestações estudantis e nas lutas sociais e políticas.

A autora ressalta ainda que “[...] mais do que isso, as mulheres passam a expressar publicamente uma luta específica, feminista, que, se não era nova, apresentava-se agora, em razão de toda a conjuntura internacional, com uma força e organização que lhe garantia continuidade” (LOURO, 2003, p. 3). Ela defende que houve uma mudança sobre a educação no que diz respeito às mulheres, sendo que estas já produziam ciência, porém, com atuação desvalorizada, tratada como “estudos de minorias”. O que os estudos sobre gênero mostram é a necessidade de uma mudança significativa no olhar para a questão, trazendo a mulher como destaque do seu real papel na sociedade, com um ser que merece visibilidade (LOURO, 2003, p. 3).

Mesmo com os avanços no cenário social que ampliam as possibilidades de formação e de atuação profissional, percebe-se, na experiência cotidiana, que a mulher assume inúmeras funções: a mulher que é dona do seu espaço; a mulher que trabalha fora e /ou em casa e muitas vezes faz dupla jornada de trabalho; a mulher mãe; a mulher esposa; a mulher namorada; a mulher só. Ela, em suas múltiplas funções, precisa, por muitas vezes, optar pelo melhor caminho em alguns momentos no decorrer de sua vida particular e profissional e, diversas vezes, assume determinado papel não porque deseja, mas porque são papéis e tarefas impostos a ela, mesmo que de forma subjetiva.

Como mostra o relato da aluna Eli que, ao ser indagada sobre o motivo de ter desistido de fazer o curso técnico, explicitou que a questão do gênero impactou profundamente nessa desistência:

Por ser mulher, o fato de desistir do curso pesa. Porque você tem alguns afazeres domésticos que começam a ser entraves para sair de casa e ir fazer o curso. Não porque a gente é fraca, mas porque naquele momento eu não podia deixar as coisas em casa para eu executar o curso. Acho que num outro momento. (...)

(...) A pessoa tem que ser bem forte para largar os afazeres e ir frequentar mesmo. A mulher é base mesmo. Tudo você resolve... pro irmão que está doente, pro sobrinho que está precisando disso. Você acaba sobrepondo essas coisas ao estudo. Isso aí realmente é um fator determinante mesmo. O tempo que você não tem é justamente porque absorve as questões familiares entendeu? Tanto que as questões familiares absorvem demais, que você nem percebe o quanto. E na hora que você começa a fazer um curso e tem que desistir e percebe que não consegue frequentar as aulas (ELI).

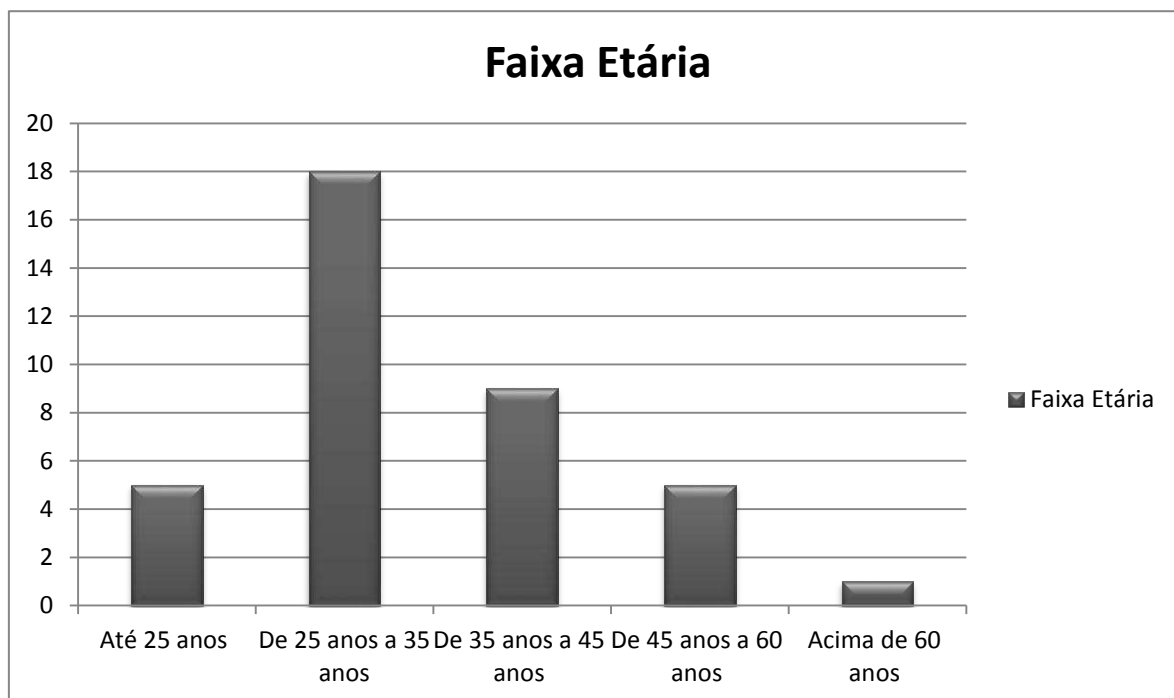
O relato da aluna demonstra que, apesar de sua tentativa de continuar o curso, as questões familiares e pessoais e do tempo interferiram diretamente em sua tomada de decisão de abandonar o curso que queria fazer.

Tais questões como os afazeres domésticos e o cuidado com a família evidenciam que, para a mulher, determinadas cobranças são acentuadas. Louro (2003) fala sobre a “multiplicidade” de atitudes, códigos e sinais que estão imersos na cultura e que indicam o que de fato é o sujeito. Nesse mesmo sentido pensa-se que a mulher pode ou não realizar determinadas funções e ocupar determinados espaços.

A mulher, como um sujeito de escolhas, tem seu corpo construído por marcas que são geradas ao longo de sua existência como algo contínuo e permanente. Tais marcas, no processo de escolarização, dizem, inclusive, sobre a possibilidade ou não de continuidade dos estudos, continuidade essa, entendida como menos importante do que cuidar da casa, da família, dos filhos e em relação às escolhas profissionais e educativas.

Na construção do perfil dos evadidos, outro aspecto considerado importante foi a idade e sua relação com o trabalho. Em relação à faixa etária dos alunos evadidos, os dados apontam para uma média de idade entre 25 a 35 anos e correspondem ao maior número de ex-alunos dos cursos técnicos do Polo.

Gráfico 1 – Alunos evadidos por faixa etária.



Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir de dados da pesquisa aplicada.

Os dados da pesquisa apontam que 47,4% dos respondentes evadidos se encontram em idade para compor o mercado de trabalho, ou seja, de 25 a 35 anos. Essa idade é um período da vida que compõe a População Economicamente Ativa – PEA – composta por um grupo jovens e adultos que corresponde ao número de pessoas aptas a exercer algum trabalho como apresentados nos dados do IBGE, 2018. Trata-se de alunos que procuram formação, mas já se encontram no mercado de trabalho e necessitam de uma formação continuada que seja compatível a sua realidade e ainda flexível em relação a sua carga horária extensa de trabalho.

Os dados indicam que os ex-alunos predominam na faixa etária de pessoas com idade mais avançada, pessoas que não puderam ingressar nos estudos com a idade adequada, de acordo com Censo 2010 (MEC/INEP, 2011). A literatura apresenta dados corroborando com os dados da pesquisa, indicando que as pessoas que, por algum motivo não puderam estudar o curso técnico na idade adequada, deixaram a qualificação profissional para segundo plano. Esse dado apresenta a possibilidade desses ex-alunos já estarem no mercado de trabalho e buscarem no curso técnico uma formação continuada mediante a visão de flexibilidade de horários que a EaD proporciona, pensando na melhoria de suas condições de trabalho e salários (MORAN, 2009).

A EaD, de acordo com seu contexto histórico na educação, apresenta-se como

um meio de atender as necessidades educacionais atuais conciliando trabalho e estudo. A EaD é uma modalidade educacional que propõem inclusão social, tendo em vista a possibilidade de atingir inúmeras pessoas que buscam por meio dela a conquista de oportunidades que a educação presencial tradicional não pode atender.

As pessoas que, por diversos motivos como: falta de cursos nos locais onde moram, falta de tempo para frequentar um curso presencial, dedicação à grande carga horária de trabalho dificultando o acesso às aulas diariamente, procuram a EaD como única maneira de continuar sua formação (MARTINS; AMARAL; SERAFIM; BERTI, 2012).

Na pesquisa realizada, questões referentes ao trabalho e atividade remunerada mostram que 44,7% dos ex-alunos trabalhavam em período de tempo integral conforme mostram os dados da tabela 2. Esse dado é de grande relevância, pois aponta que flexibilização nos horários de estudos, característica da modalidade a distância, tem relação direta com os ex-alunos que apresentam uma jornada de trabalho de tempo integral de quarenta horas semanais. Neste sentido, observa-se que a grande carga horária de trabalho limita o tempo que a pessoa pode dedicar aos estudos e dificulta o ingresso em cursos presenciais, o que é uma das justificativas para a opção pela modalidade EaD.

Tabela 2 – Trabalho e atividade remunerada dos alunos evadidos

Alunos que trabalham		Alunos que não trabalham	
Emprego em período Integral	44,7%		
Emprego em meio período	18,4%	Desempregado	10,5%
Emprego em dias alternados	7,9%	Outra Situação	10,5%
Emprego – Autônomo	7,9%		

Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir de dados da pesquisa aplicada.

Os dados da pesquisa confirmam a relação trabalho, idade e flexibilidade de horário, presentes na literatura, refletindo os dados do Censo 2010 (MEC/INEP, 2011), no qual os alunos de cursos a distância apresentam idades mais avançadas e a maioria dos alunos trabalham em tempo integral, precisando assim, conciliar rotina de trabalho e estudos.

O relato da aluna Car, ao responder sobre a escolha da modalidade EaD para fazer o curso técnico, coloca em discussão a questão da necessidade do trabalho e a possibilidade de fazer um curso. Ela relata sobre a dificuldade de conciliar tempos de trabalho e estudo como o fator que mais impactou na escolha da modalidade de ensino:

Na época que eu escolhi eu estava trabalhando. Então, eu achei que seria melhor eu estudando a distância porque assim dava para conciliar o serviço com o estudo (CAR).

Fica evidente no relato da ex-aluna que a EaD apresenta-se como uma oportunidade com a qual se possa conciliar trabalho e estudo. A EaD surge como uma alternativa para fazer um curso profissionalizante e ainda, proporcionar melhoria no currículo. Por outro lado, para exercer as duas funções, a aluna precisaria dedicar tempo, ter autonomia e disciplina, características estas, intrínsecas à modalidade de ensino.

Também relevante ao estudo proposto são as questões relativas à acessibilidade e mobilidade, por isso, ao estruturar a pesquisa, compreende-se, a partir da experiência pessoal e da literatura (JARDIM, 2016) que o acesso ao local da instituição de ensino também pode definir a escolha de evadir do curso. Neste sentido, aos respondentes dos questionários foram perguntados sobre o seu local de moradia. As respostas mostram que 91% dos ex-alunos residem no município de Diamantina, o que indica que os mesmos não enfrentariam problemas com acesso ao *Campus* Diamantina – IFNMG.

O modelo EaD cumpre um importante papel no Brasil que de alguma forma vem suprir a enorme deficiência da estrutura educacional do país. Localidades remotas não atendidas por instituições presenciais, donas de casa que não podem sair todos os dias para estudar, pessoas com deficiência física que teriam enormes dificuldades para se locomover diariamente a uma faculdade, entre outros perfis (JARDIM, 2016, p.8).

O Vale do Jequitinhonha e Mucuri é uma região onde são necessárias modalidades de educação capazes de atingir de fato a população, por se tratar de um território grande, com regiões distantes dos grandes centros e com dificuldades de acesso para algumas localidades. Dessa forma, é necessário pensar estratégias e modos de ensino que facilitem o acesso, ainda que virtual, à educação formal, pois, o acesso à construção do conhecimento é uma maneira de modificar o território em que o sujeito está inserido. É por meio do conhecimento que o sujeito se torna capaz de interferir no seu universo, modificando o seu modo de agir. Conseqüentemente, essa mudança atinge o seu entorno.

De acordo com Albagli (2006), os mais variados tipos de interação nas localidades geram bens imateriais como informações, conhecimentos, valores, práticas e aprendizados. São meios produtores de interação por meio da inovação: o misto de instituições, culturas, relações pessoais e sociais que propiciam o aprendizado. Por meio da interação, e, com uso de tecnologia, uma simples soma de conhecimentos possibilita, de fato, uma mudança no local estabelecido.

Tendo em vista que o aproveitamento das tecnologias resulta em uma sinergia proporcionada por vários tipos de interação, a autora defende que se houver interação entre a população como um todo, relacionado aos conhecimentos individuais, o território e o ensino poderão ser desenvolvidos; assim,

É que a comunicação entre os atores, no território, estabelecendo um processo dinâmico de troca de experiências, percepções e conhecimentos, é um elemento central na produção da cultura e da própria territorialidade, como atributo social, entendendo-se que a cultura – incluindo conhecimentos, capacidades, crenças, arte, moral, leis, hábitos e costumes – é construída no tempo (história) e no espaço (território) (ALBAGLI, 2006, p. 5).

A mudança local se torna mais acessível, a partir do momento que o sujeito inserido nesse espaço passa a promover interações de seus conhecimentos para o desenvolvimento de questões econômicas, sociopolíticas e culturais. Defende-se aqui, a ideia de que a EaD consiste em uma ferramenta tecnológica para promoção e desenvolvimento do conhecimento, que possibilita ao sujeito condições de interferir e transformar o seu território.

A implantação do *Campus* Diamantina – IFNMG no município de Diamantina promove a expectativa de mais um veículo de produção do conhecimento que visa, entre outras questões, modificar o espaço e promover melhorias na relação do sujeito com o local onde vive e com o trabalho que realiza. Essa melhoria na qualidade de vida do sujeito deve estar alicerçada em conhecimento e aprendizado, provocando desafiar sua realidade econômica, social e política e construir uma sociedade mais participativa em que Estado e trabalhadores possam juntos criar políticas públicas de formação profissional que sejam vinculadas às questões de renda e de emprego no local onde estão inseridos.

5.2 A busca por formação: expectativas dos discentes do Polo EaD *Campus* Diamantina – IFNMG

Os sonhos, as expectativas e os planos de uma pessoa estão ligados aos seus modos de vida. Apesar disso, independente da classe social, os sonhos servem como combustível e encorajamento de perspectivas e produção de condições para a realização dessas expectativas. Por meio do trabalho, alguns projetos de vida se tornam possíveis de serem concretizados. O trabalho é, neste sentido, algo indispensável na vida do ser humano, bem como busca de melhorias pessoais ou da formação profissional. Nessa seção serão tratadas questões que levaram os discentes à busca dos cursos do *Campus* Diamantina – IFNMG e suas expectativas quanto à formação.

Os dados revelam que os alunos que concluíram o ensino médio correspondem a 26,3%, o mesmo número de alunos que concluíram também um curso técnico profissionalizante como última formação. Alunos que já concluíram uma graduação correspondem a 21,6% e com especialização 23,6%; já com o mestrado, o número de alunos corresponde a 2,63%.

Os dados mostram que o curso técnico é uma escolha de formação profissional na vida dos estudantes. O número de alunos que concluíram o ensino médio corresponde ao mesmo número de alunos que fizeram um curso técnico. Isso demonstra a preocupação dos jovens do ensino médio com formação profissional visando ao ingresso qualificado no mundo do trabalho, daí fazerem um curso técnico concomitante ao ensino médio como uma alternativa para melhorar o currículo em busca de oportunidade de emprego. Da mesma forma, um estudante do curso técnico que já esteja inserido no mercado de trabalho, procura por mais um curso profissionalizante como uma alternativa de mudar de emprego, aperfeiçoar seu currículo, melhorar sua renda e, principalmente, melhorar suas condições sociais e econômicas.

O relato da aluna Mar, ao responder sobre questões de atividade profissional e motivação para procurar por um curso técnico, confirma a hipótese de que conseguir um novo emprego consiste em um dos principais motivos para a opção pelo curso técnico.

Eu sou auxiliar de farmácia e estou trabalhando. O curso técnico em administração foi a possibilidade maior de arrumar um emprego. Sempre tive vontade de fazer o curso técnico em administração. Acredito que tem sim, existe mercado de trabalho após a conclusão do curso. Por isso que eu quis fazer o curso técnico em administração. Porque eu acho área muito ampla (Mar).

Sobre a última formação, foi questionado aos ex-alunos em qual modalidade foi cursada. As respostas evidenciam que 50% dos estudantes concluíram a última na modalidade presencial; 34,2 realizaram na modalidade a distância e 15% na modalidade semipresencial. Entendo, a partir dos números que é, de fato, crescente a procura pela modalidade de educação a distância, o que é, também, identificado por Mugnol (2009), ao afirmar que a EaD tornou-se essencial, pois pode atingir o maior número de pessoas e em diversos locais, diminuindo as desigualdades educacionais.

Sobre a atividade profissional exercida pelos ex-alunos, percebe-se que a maior parte trabalha na iniciativa privada ou são funcionários públicos. Pode-se dizer que grande parte trabalha em período integral, ou seja, quarenta horas ou mais por semana, o que pode dificultar o tempo de dedicação aos estudos, tendo em vista que, na EaD, para realizar as atividades propostas são necessárias participações nos encontros presenciais, contabilizando ainda, uma média de 10 horas a mais, distribuídas ao longo da semana para atividades realizadas no Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA. Por isso, o estudante deve ter um forte compromisso com os estudos, organizar-se da melhor maneira possível, dedicando

tempo aos estudos para conseguir concluir o curso EaD.

O relato da aluna Ana, ao responder sobre questões de atividade profissional e motivação para procurar por um curso técnico confirma a hipótese de que o curso escolhido tem a ver com sua atividade profissional. Ela atua como chefe de escritório e procurou o curso técnico profissionalizante de Finanças. Sua função e atividades exercidas consistem em um dos principais motivos para a opção pelo curso técnico.

“Abrangência da administração, uso pessoal, possibilidade de aproveitar a questão pessoal e profissional. Mais conhecimento. Procurei um curso EaD, primeiro pela oportunidade e segundo pela facilidade que é maior, posso fazer uma rotina de estudos própria, não preciso está fisicamente a todo tempo, posso estudar todos os dias em horários variados” (Ana).

Ao perguntar o que motivou a fazer um curso técnico em EaD, a fala da aluna demonstra que as suas atividades profissionais e pessoais a levou a escolher o curso técnico em Finanças. Relata ainda sobre a facilidade a EaD no sentido de criar sua própria rotina de estudos e a possibilidade de fazê-lo em horários variados.

O relato da aluna Car, em relação ao significado e o que a motivou a buscar pelo curso escolhido foi:

“Buscar o nível de conhecimento, às vezes também ter uma outra oportunidade de trabalho na área da educação e acrescentar o currículo” (Car).

Observa-se que 80% da escolha do curso técnico profissionalizante tem uma relação próxima a atividade profissional, conforme revelado no relato da ex-aluna Car, do Curso Técnico em Secretaria escolar, que procurou esse curso por ter relação direta com sua profissão como Pedagoga, atuando como professora e Especialista em Educação Básica. Esse dado mostra que a busca por uma formação continuada é uma preocupação entre os discentes do Polo *Campus* Diamantina – IFNMG.

A relação de trabalho e formação curricular está entrelaçada, pois, trabalho é uma necessidade do ser humano, além de um princípio, visto que é por meio dele que se garante o sustento pessoal e familiar, ou seja, o trabalho é atividade básica do ser humano. Frigotto, (2009) defende ser “o mundo da necessidade”.

E o trabalho é princípio educativo porque é através dele que o ser humano produz a si mesmo, produz a resposta às necessidades básicas, imperativas, como ser da natureza (mundo da necessidade), mas também e não separadamente às necessidades sociais, intelectuais, culturais, lúdicas, estéticas, artísticas e afetivas (mundo da liberdade) (FRIGOTTO, 2009, p. 6).

A busca por melhores condições de vida, sociais e econômicas resulta em busca pela por cursos profissionalizantes, isso é, a busca do capital humano, como ressalta Frigotto

(2009), que coloca “a educação e a qualificação como saída ao desemprego ou subemprego e à pobreza” e para a qual:

As circunstâncias históricas permanecem sob o jugo da cisão do gênero humano em classes sociais. As relações sociais dominantes buscam reduzir o trabalho humano de atividade vital a mercadoria força de trabalho. Uma mercadoria cujo valor se define no mercado do emprego – compra e venda de força de trabalho. No interior destas relações sociais a educação, de direito social e subjetivo, tende a se reduzir a uma preparação psicofísica, intelectual, estética e afetiva subordinada às necessidades unidimensionais da produção mercantil (FRIGOTTO, 2009, p. 6).

A busca por qualificação para o trabalho é necessária, tendo em vista o modelo social capitalista em que estamos inseridos. Os dados demonstram que é importante que a instituição de ensino esteja comprometida com a oferta de cursos para a sociedade, pois um aluno pode ver nesse curso uma opção de realizar o desejo profissional, a possibilidade de encontrar um emprego ou a oportunidade de adquirir mais conhecimento, transformando-se de indivíduo a sujeito, protagonista, mais comprometido com sua formação profissional e intelectual.

Os dados revelam que 86% dos ex-alunos acreditam que após a conclusão do curso conseguiriam um emprego na área de formação, o que demonstra a credibilidade depositada na instituição de ensino e as expectativas em torno do curso. Retomando Frigotto (2009), este sujeito insere-se na perspectiva de um princípio educativo por meio do qual produz a si mesmo, reformulando-se e reformulando sua vida em seus mundos de necessidade e de liberdade. Para tanto, é necessário também, que possa contar com o uso das novas tecnologias.

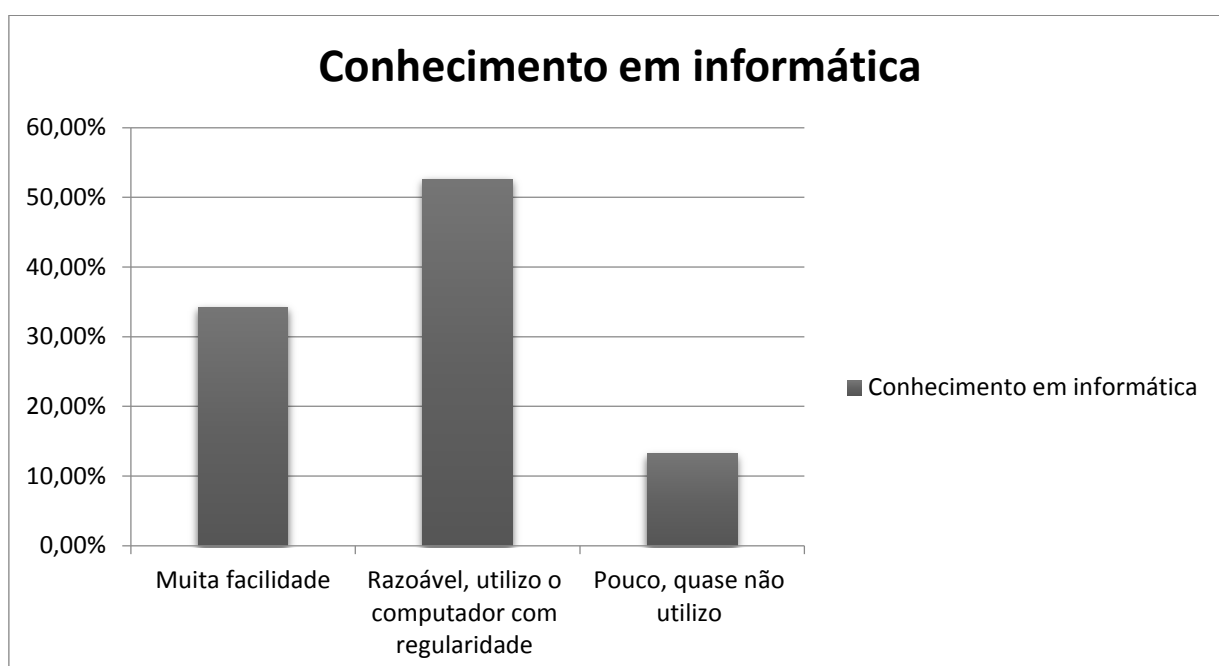
5.3 O uso da tecnologia e a EaD no *Campus* Diamantina - IFNMG

As tecnologias constituem material indispensável para o ensino na modalidade EaD e para muitos aspectos da vida em nossos dias. De acordo com os dados da pesquisa, 87% dos ex-alunos possuem computador em casa. No entanto, 13% dos ex-alunos ainda não dispõem dessa ferramenta e, embora seja uma quantidade relativamente baixa, entende-se, que, nesse caso, é necessário um olhar mais cuidadoso com o dado obtido, pois a questão que se coloca é: Como fazer um curso a distância sem o computador, uma vez que se trata de instrumento que viabiliza o processo de aprendizagem durante a realização do curso EaD? Considera-se esse fator como um aspecto que dificulta o aproveitamento do curso e que pode levar à evasão desses alunos, na perspectiva de que o acesso à ferramenta tecnológica compõe uma das essências na modalidade de ensino EaD.

Na sequência, o olhar à questão dirigiu-se também para o aspecto do uso dessa

ferramenta. Ao serem perguntados sobre o conhecimento em informática, 31,8% dos pesquisados relataram ter muita facilidade no uso da informática; 55% afirmaram que possuem conhecimento razoável em informática; 13,2% relataram ter pouco conhecimento em informática e ainda assim, se matricularam em um curso técnico profissionalizante na modalidade EaD, mesmo sabendo da necessidade de utilização das tecnologias de informação e comunicação.

Gráfico 2 - O conhecimento em informática dos ex-alunos dos cursos técnicos profissionalizante do Campus Diamantina – IFNMG.



Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir de dados da pesquisa aplicada.

O uso do computador na EaD é muito importante, é através dele que se oportuniza ao estudante a possibilidade de uma variedade de acessos aos conteúdos dos cursos, bem como materiais complementares. Moraes (2012) defende que o computador atualmente

representa mais do que uma simples máquina com ferramentas úteis ao homem, é a representação do universal, a soma de todas as memórias interconectadas e a possibilidade infinita de acessos. Na verdade, a inserção no mundo virtual, mais do que uma necessidade do homem, tornou-se uma imposição da sociedade, que utiliza a tecnologia para agilizar diversos processos sociais, inclusive o processo de trabalho. O homem age em um ritmo cada vez mais veloz, assim como as máquinas (MORAES, 2012, p. 6).

Ainda que seja indispensável o uso da ferramenta tecnológica, é possível que o aluno faça um curso técnico sem ter o computador em sua residência, tendo em vista que as

instituições que ofertam EaD possuem um laboratório de informática disponibilizado ao cursista. No entanto, isso pode dificultar o aprendizado, bem como limitar a flexibilidade, em especial de horários de dedicação ao estudo (aspecto primordial na concepção de ensino a distância), e, principalmente, sua autonomia durante o percurso do estudo.

Outra questão a ser pensada é a relação professor-aluno. A distância física entre alunos e professores é uma característica da EaD, então, a comunicação entre eles é realizada, essencialmente, pelo uso da mídia. Dessa forma, a instituição que oferta a modalidade de ensino EaD deve investir em tecnologia avançada para que haja de fato mediação do processo de ensino-aprendizagem.

O processo educacional à distância é reconhecido como centrado no aluno e mediado pelas tecnologias da sociedade da informação, fato esse que leva à necessidade de se investigar como alunos e instrutores, com o uso das novas tecnologias, podem colaborar para gerar novos conhecimentos (MUGNOL, 2009, p. 6).

O aluno, na modalidade EaD, é o grande construtor do processo de aquisição de conhecimento, facilitado por meio do uso das tecnologias que tornam esse aprendizado viável. Portanto, é altamente desejável que tenha o acesso permanente ao computador e principalmente, que saiba manusear essa ferramenta como facilitadora da sua formação.

Em relação ao processo de aprendizagem na modalidade EaD, relata o aluno Gui que, para ele houve bastante facilidade no desenvolvimento do curso, sobretudo, por ter conhecimento prévio em informática, pois já havia feito um curso técnico presencial de Técnico em Informática pelo PRONATEC, nos anos de 2013 a 2014:

Principalmente para eu saber como era. Porque no ensino superior tem uma parte que é também a distância. Eu queria saber como era... o nível de rendimento... Se era bom assim como no ensino presencial. Foi bem tranquilo sabe? Dentro do que eu esperava. É muito fácil, chegar lá e... sabe? Não precisa nem dedicar muito. Aprender, aprender a mexer no ambiente virtual, aprender no ensino a distância. O problema é com a administração de horário, tirar um horário pra aquilo, isso ai que é difícil, mas, dificuldade para aprender dentro do ensino a distancia não acho, não. Eu mesmo ditando as regras. Eu vendo que eu tinha que fazer aquilo, eu estipulava a data daquilo. Em algum momento eu ia fazer aquilo e enviar. Eu não cheguei a buscar ajuda. Eu já pensava nisso tudo (Gui).

A fala do ex-aluno demonstra sua facilidade com a modalidade e com o computador como um artefato necessário para acompanhar e executar as atividades e o estudo na EaD. Ao relatar que utiliza bem o ambiente virtual e enfatizar sobre sua disciplina na realização e envio de atividades, o aluno demonstra ter familiaridade para desempenhar suas atribuições como aluno de ensino a distância. Vale ressaltar que o seu conhecimento prévio contribuiu de forma significativa para que essa habilidade fosse possível.

Por outro lado, é preciso considerar um aluno que apresenta dificuldades com o uso do computador e, razoável ou pouco conhecimento de informática, é um aluno suscetível a evadir do curso. É preciso reiterar do computador como uma ferramenta que auxilia e viabiliza a aprendizagem, o acesso e o uso da *internet* também são de extrema importância, tendo em vista a necessidade de acesso ao AVA, às videoaulas e aos materiais complementares de estudos. Trata-se, nesse sentido, de um aspecto multifatorial envolvendo diversos conhecimentos necessários, incluindo desenvoltura no uso do computador, o manuseio do dispositivo e da internet, tudo isso interligado em razão da construção dos saberes implicados na realização de um curso em EaD.

Todos os aspectos levantados compuseram um perfil contextual em relação ao quadro estudado. As condições históricas e sociais, as escolhas e prioridades, as necessidades e os desejos pessoais e institucionais apresentam as contradições envolvidas no processo e definem uma situação que requer reflexões e mudanças. Na sequência deste trabalho, explora-se o caso do *Campus* Diamantina – IFNMG, no sentido de compreender melhor os fatores que implicam ruptura no processo ensino aprendizagem dos alunos pesquisados.

6 ENSINO PROFISSIONALIZANTE, ESCOLHAS, PERCEPÇÕES E EVASÃO

Os cursos de formação profissional, no *Campus Diamantina-IFNMG* tem, entre outras perspectivas, aumentar a produtividade de conhecimentos tecnológicos e acadêmicos para contribuir com o progresso econômico e social local, uma vez que oferece cursos técnicos na modalidade EaD e presencial. De acordo com Frigotto (2007), os cursos profissionalizantes enfrentam dois obstáculos:

Primeiramente, modificar as diretrizes promulgadas pelo Conselho Federal de Educação que induzem a compreensão do ensino médio a simples arranjos do Decreto n. 2.208/97, na perspectiva da articular e não do integrar e, em última instância, ao retorno do profissionalizante da reforma n. 5.692/71, um adestramento rápido com vistas ao mercado de trabalho. O segundo é quebrar a barreira de resistências das políticas estaduais, sob as quais está a prerrogativa da oferta do ensino médio. Foram publicados recentemente os resultados do ENEM, os quais nos revelaram aspectos importantes. A imprensa propalou o sucesso das escolas médias públicas federais e de algumas escolas confessionais. O melhor desempenho foi da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – uma instituição de ensino médio vinculada à Fundação Oswaldo Cruz. Trata-se de uma escola que atende a jovens de camadas populares e de classe média, um público muito diverso do das escolas privadas de elite (FRIGOTTO, 2007, p.18).

De acordo com o que se apresentou no capítulo três, a dualidade estrutural em que os cursos profissionalizantes estão inseridos desde sua construção histórica é algo inegável. Por isso as instituições de ensino precisam atentar para que seu objetivo não seja apenas formar aluno como mão-obra-qualificada ou atingir um grande número de estudantes com a finalidade única de certificar uma massa de profissionais destinada ao mercado de trabalho. O *Campus Diamantina* é uma instituição federal que dispõe de uma infraestrutura diferenciada em relação às escolas estaduais ou municipais, que não possuem as mesmas condições. As condições da União, Estado e Municípios são singulares. As instituições federais possuem, em seu quadro, professores bem qualificados (a maioria composta por mestres e doutores), grupos de pesquisa, laboratórios de informática e espaço físico adequado, porém o principal aspecto a ser destacado em relação à instituição de ensino é uma proposta político pedagógica centrada no debate e na concepção da escola unitária e politécnica.

Devido a essa concepção, espera-se uma escola que se comprometa a formar jovens que consigam associar ciência, trabalho e cultura e que promovam de fato o indivíduo autônomo que possa ter o poder de escolha em seguir os estudos ou ingressar no mercado de trabalho de acordo com curso em que se profissionalizou na instituição de ensino. (FRIGOTTO, 2007).

Nesse sentido, entende-se a necessidade de uma reflexão sobre quais são os valores atribuídos ao ingresso em um curso técnico profissionalizante na vida do aluno, pois está intimamente ligada a sua vida pessoal. Tendo em vista que a maioria desses alunos já se encontra no mercado de trabalho, a busca pelo curso, naquele momento, é entendida como oportunidade para melhorar sua condição social e econômica.

Também encontrado em resultados de outros trabalhos, como em Martins, Santos, Frade e Serafim, (2013), e, conforme apresentado na tabela 3, os dados obtidos revelam que a maioria dos alunos ingressantes em cursos técnicos tinha como objetivo a continuidade de sua formação, seguida da oportunidade de obter um emprego,

Tabela 3 – O significado de ingresso no Curso de Técnico

	Nº de alunos	Porcentagem
Continuar a formação	24	63,2%
Oportunidade de emprego	9	23,7%
Aprender a desenvolver mais e obter mais experiência pra vida	1	2,6%
Oportunidade de melhorar meus atendimentos	1	2,6%
Conhecimento	1	2,6%
Atualizar conhecimentos na área	1	2,6%
Curriculum	1	2,6%

Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir de dados da pesquisa aplicada.

Sobre o significado de ingresso no curso técnico profissionalizante, os dados apontam, como o principal interesse, a formação continuada, sendo que 63,2% dos pesquisados procuraram o curso por esse motivo. Em segundo lugar, de 23,7% dos pesquisados declararam que a procura pelo curso relaciona-se a oportunidade de ingresso no mercado de trabalho.

Com esse levantamento foi possível perceber que para os ex-alunos pesquisados, a entrada no curso técnico significava a oportunidade de continuar a formação, o que os levaria a uma boa colocação no mercado de trabalho.

Compreende-se que o mercado de trabalho está cada dia mais exigente, vem exigindo um perfil profissional mais qualificado, de alguém que esteja conectado às tecnologias. De acordo com Censo ABED (2016, p. 27): “Nesse sentido, a modalidade a distância vem crescendo para suprir a necessidade de apresentar soluções inovadoras aos alunos, que estão cada vez mais exigentes”.

Temos assim, um quadro de “alunos exigentes” que, por meio da modalidade

EaD, tentam uma oportunidade de aprimorar seus conhecimentos e adquirir uma formação continuada para poder atender ao mercado de trabalho cada vez mais competitivo. No entanto, ainda assim, muitos não continuam seus cursos. Diante desse aspecto, para tratar das questões que levaram os alunos a desistirem do curso, a pergunta do questionário que inicia esse levantamento foi: Por que você não continuou o curso técnico do IFNMG?

Os dados obtidos demonstram que as maiores dificuldades encontradas por eles para a realização dos cursos técnicos foi a adaptação à modalidade EaD. No entanto, ao longo dessa seção, evidencia-se um conflito dos dados relatados pelos alunos na comparação de respostas.

Dos 38 respondentes do questionário, quatorze ex-alunos que correspondem a 36,8% dos pesquisados, relataram que a maior dificuldade durante o curso foi adaptar-se a modalidade de ensino a distância; seis deles relataram que ter maior dificuldade com os conteúdos (materiais de ensino); cinco tiveram dificuldades com o uso do ambiente virtual; outros cinco relataram apresentar dificuldades para acessar o material de estudos; quatro ex-alunos disseram ter dificuldades de acesso ao *Campus* e mais quatro alegaram dificuldades com uso das tecnologias.

Esses dados demonstram que adaptar-se a modalidade EaD pode parecer algo simples, no entanto, muitos estudantes não conseguem perceber que se trata apenas de um modo diferente de organização que, entretanto, não os dispensa do envolvimento e dedicação ao estudo.

De acordo com Jardim (2016), a EaD tem suas próprias características e peculiaridades, dentre outras, a possibilidade de dividir o curso em módulos e proporcionar momentos de aprendizagem em ambiente e horários diversos. Isso requerer uma adaptação à modalidade por parte do aluno e caso não aconteça pode se tornar uma possível causa de abandono. O aluno na EaD é protagonista de seu aprendizado, é ele quem determina seu momento de dedicação aos estudos, constituindo-se o gestor de seu próprio tempo. Esse processo de adaptação e reconstrução do modelo de estudar e aprender traz a necessária reflexão sobre a questão do material didático impresso, muito importante para alguns alunos, diante de algumas situações individuais específicas.

Vale ressaltar que na realização dos cursos técnicos da modalidade EaD do Polo Diamantina do IFMG, os alunos recebem um material didático físico, o mesmo disponível também no ambiente virtual, desde o início do conteúdo trabalhado. Dessa forma, entende-se que os dados relacionados às dificuldades de acesso ao material de estudo pode ser atribuído à demora no recebimento do material impresso, pois, é comum que esse material

chega ao polo com atraso, forçando o aluno a buscar pelo texto digital, disponível no AVA.

A leitura digital tem inúmeras vantagens e tornou-se muito útil, dados os avanços tecnológicos atuais. Ele pode ser acessado em qualquer parte do mundo, no momento em que o leitor julgar necessário e, ainda, mais de um leitor pode acessar simultaneamente o mesmo texto / conteúdo, atingindo-se maior número de usuários virtuais com praticidade e agilidade. Outra questão relevante é o baixo custo em relação ao material impresso para os quais são destinados recursos financeiros. Quando isso é levado em consideração, as instituições de ensino optam pelo material digital a fim de economizar investimento.

A leitura digital mudou a prática de leitura, uma vez que não está ligada a concretude do livro, assim, o manuseio, a folheada, entre outros aspectos, transformou o modo de leitura e a relação com o texto; o material digital impede o tato direto do leitor com a matéria física, como no caso do livro impresso. Ele exige um leitor

muito mais ativo, já que antes mesmo de interpretar o sentido do texto, para ler na tela, é preciso enviar comandos ao computador e, para isso, é preciso conhecer as ferramentas da máquina. Ocorreu, então, a quebra do elo físico que existia entre objeto impresso e o escrito que ele veicula. O leitor passa a dominar a aparência e a disposição do texto que aparece na tela do computador. São novos hábitos, novas ações e novas expectativas que estão sendo criadas em torno do texto e da leitura (Moraes, 2012, p.6).

Entretanto, apesar de ser uma mudança dos dias atuais, existe certa resistência na adaptação ao processo leitura por meio de textos digitais. Segundo Moraes (2012), sua pesquisa sobre o comportamento do leitor de textos digitais no ano de 2010 demonstrou que quase 100% dos alunos pesquisados declararam sua preferência por textos impressos. Os dados dessa pesquisa demonstraram que as pessoas ainda estão construindo o aprimoramento dessa leitura digital. É certo que existem facilidades de acesso ao texto digital, entretanto, isso não significa que a leitura digital seja algo preferido pelo aluno. De acordo com os dados, cinco ex-alunos disseram que essa era a maior dificuldade enfrentada no curso EaD. Essa resposta pode representar a resistência ou dificuldade de acesso ao material digital.

Retomando um dado anterior desta pesquisa, em que se apurou que 13% dos alunos não possuíam computador em casa, apura-se que este se configura como um aspecto dificultador de continuidade em um curso de EaD e que pode até impossibilitá-la totalmente.

Tendo em vista a demora da chegada do material didático impresso no Polo, somando-se à falta do computador em casa, entende-se uma combinação de fatores

importantes para a tomada de decisão do aluno em evadir, e, diante da situação apresentada, ainda que o dado quantitativo seja relativamente pequeno, configura-se como um fator relevante. O aluno que ingressa no curso a distância pode ter a ideia de que não será necessário dedicar períodos intensos para a realização do curso, ou ainda, que não seja necessário estabelecer uma nova rotina, na qual o tempo para estudos ocupe parte do seu dia.

Percebe-se, a partir de uma experiência empírica, por meio da perspectiva profissional da pesquisadora, e também a partir da análise de dados da pesquisa, que a dificuldade em estabelecer uma rotina de dedicação aos estudos e conciliá-las com o trabalho e outros afazeres do dia a dia, revela-se mais um empecilho para a permanência do aluno no curso, pois, à medida que as atividades se acumulam, o aluno tende a se sentir desmotivado, sem tempo para organizar todas as suas tarefas e, dessa forma, desiste do curso. Por outro lado, o contexto de realização das entrevistas evidencia que tal clareza não parece estar ao alcance dos sujeitos pesquisados, que justificam a sua desistência por dificuldade com a modalidade EaD.

Ainda que se entenda a possibilidade de questionamentos acerca da metodologia empregada nesta pesquisa, obteve-se um dado, impossibilitado de registro, mas que será aqui incluído. São aspectos relacionados às expressões faciais, a demora na elaboração das respostas, e aos olhares questionadores, que demonstraram insegurança ao responder sobre os motivos que levaram à desistência do curso. De acordo com o relato da aluna Car, vários fatores apresentaram dificuldades durante a realização do curso.

Quando eu comecei a fazer o curso eu senti um pouco de dificuldade por causa do acesso aos professores né? Que às vezes o tutor está ali na frente passando a matéria, mas você tem alguma dúvida, ele não vai saber te responder. Acesso a professor, acesso ao conteúdo, ao material. A minha dificuldade também foi a motivação. Se você não tiver uma motivação não consegue desenvolver (Car).

Na fala da aluna, ela ressalta novamente a falta do material, a falta de acesso ao conteúdo, ao material físico que, se disponibilizado, talvez diminuísse consideravelmente suas dificuldades.

No entanto, ao observar os motivos que levaram a evasão, os dados analisados apresentam uma grande incidência de questões de ordem pessoal que impossibilitaram a continuidade do curso. Os dados a seguir expressam os motivos que levaram os alunos à evasão dos cursos, de acordo com as respostas.

Tabela 4 Motivos de evasão dos cursos do Polo EaD do *Campus* Diamantina – IFNMG.

Motivos	Nº de Alunos	Porcentagem
Tive questões de ordem pessoal que impossibilitaram a continuidade do curso	11	28,9%
Não consegui estabelecer uma rotina/horários de estudos	8	21,1%
O curso não era o que eu esperava	7	18,4%
Falta de motivação	4	10,5%
Não me adaptei à modalidade de ensino a distância	2	5,3%
Tive dificuldade de acesso ao <i>Campus</i> Diamantina – IFNMG	1	2,6%
Falta de habilidade como uso do computador	-	-
Não aprendi utilizar o Ambiente Virtual de Aprendizagem	-	-
Enfrentei dificuldades financeiras	-	-

Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir de dados da pesquisa aplicada.

Sobre as repostas obtidas quanto aos motivos de evasão, questões de ordem pessoal que impossibilitaram a continuidade do curso atingiram 28,9% dos ex-alunos. Aparecem também, questões relacionadas a estabelecer uma rotina e horários de estudos, totalizando 21,1% dos ex-alunos; 18,04% deles indicaram que o curso não era o que esperavam, enquanto a falta de motivação é quarta maior causa apontada, representando 10,5% dos motivos indicados pelos ex-alunos.

Justificativas para evasão baseadas em questões de ordem pessoal são muitas e definem, em parte, o que levou o aluno ao abandono do curso técnico profissionalizante. Esse foi um dado colhido e analisado por meio da aplicação do questionário *on-line*.

Na análise da fala do aluno Gui, durante a entrevista, quando perguntado se sentiu dificuldades, foi perceptível que o aluno se expressou com cautela e cuidado durante toda a sua fala, no que dizia respeito à sua postura como aluno, além de um receio ao falar dos colegas de curso e das dificuldades percebidas por ele:

Então... Eu tive um pouco. Um pouco de dificuldade. Principalmente no início. Mas... Eu sempre fui bem rígido com horário assim... Então, logo eu acostumei. É por que eu via que tinha gente que deixava para enviar as coisas em cima da hora, mas eu via que era porque eles não sabiam administrar o horário. Entendeu? Quando você não é exigido presencialmente, você acaba frouxando um pouco. E aí eu via que outros tinham mais essa dificuldade do que eu. Mas, no início acho que todo mundo teve sabe? No início tem um pouco de dificuldade (Gui).

Ele fala de suas dificuldades como algo natural, no entanto não estão necessariamente ligadas apenas a modalidade de ensino a distância, mas, também sobre a autonomia do aluno como construtor de sua aprendizagem. Em relação aos colegas de curso ele se compara, deixando claro que sempre foi muito rígido com horários, enquanto os

demais, na sua percepção, deixavam a desejar no cumprimento de atividades e prazos, como se pode perceber em: “Deixava para enviar “as coisas” no último momento”.

Gui ressalta que, no curso presencial, como há um encontro diário com professor, o aluno é mais cobrado por suas tarefas e compromissos, diferentemente da EaD, em que o aluno é responsável absoluto pelo seu processo de ensino e aprendizagem.

De acordo com Saraiva (2008), a educação a distância só funciona se houver um processo garantido de comunicação bilateral bem realizado. Segundo ela, a EaD é uma proposta de ensino/educação que ultrapassa o simples ato de colocar materiais instrucionais à disposição do aluno distante. Torna-se necessário um acompanhamento pedagógico que supere a questão da distância e que possibilite uma profunda e indispensável relação entre mediador-aluno, por meios e estratégias.

A evolução da EaD no Brasil é marcada pelo surgimento e o avanço dos meios de comunicação e tecnologias. Passamos pelo ensino por correspondência, pela transmissão do rádio, pela transmissão televisiva, e, nos dias atuais, pela utilização do computador, mediante o advento da informática e de diversos instrumentos tecnológicos que nos auxiliam na aprendizagem.

Através do uso das tecnologias torna-se possível aumento e diversidade dos programas que permitem interação entre mediador-aluno, quase de forma presencial. “Mas seja qual for a tecnologia adotada, a EaD terá que ter, sempre, uma finalidade educativa” (SARAIVA, 2008).

É importante observar que, embora a adaptação à modalidade a distância tenha sido umas das maiores dificuldades encontradas pelos alunos, eles fariam novamente um curso por essa modalidade, como evidenciam as respostas às questões abertas do questionário, aqui exemplificadas:

- 1- “Voltaria por já estar habituado com essa modalidade de ensino”.
- 2- “Voltaria estudar pelo fato de não precisar frequentar todos os dias”.
- 3- “Voltaria sim, pois é mais fácil para quem trabalha”.
- 4- “Nenhum módulo de ensino, seja ele a distância, semipresencial ou presencial, será bom se não tiver o empenho do aluno, elencando as necessidades do aluno, como questões pessoais”.

Foi questionado ao aluno se ele faria novamente um curso técnico após a experiência de ingresso e desistência do mesmo. Como resultado das respostas obteve-se 92,1% dos ex-alunos respondendo que sim, dado que demonstra que os ex-alunos estão preocupados com sua formação continuada.

Estas respostas demonstram também uma questão principal, a de que o grande problema é conciliar o tempo de trabalho com o tempo dedicado aos estudos, como se pode observar em: “Voltaria estudar pelo fato de não precisar frequentar todos os dias” e “Voltaria sim, pois é mais fácil para quem trabalha”.

De acordo com o Documento Orientador para a superação da evasão e retenção na Rede Federal de educação profissional, científica e tecnológica do MEC, (2014), os cursos de educação “profissional técnica de nível médio (cursos técnicos) têm por finalidade proporcionar ao estudante conhecimentos, saberes e competências profissionais necessários ao exercício profissional e da cidadania”.

Esse aspecto se relaciona com o principal objetivo de busca pelo curso técnico ter sido reiterado como o da formação continuada, ou seja, o aluno voltaria a fazer um curso técnico buscando novamente uma formação para obter uma melhoria em sua condição social e econômica.

Os dados abaixo revelam sobre o fator que mais pesou na desistência do curso técnico profissionalizante.

Tabela 5 – O fator que mais pesou para a desistência dos cursos técnicos EaD do *Campus Diamantina* – IFNMG

Fator que mais pesou na desistência do curso.	
Não consegui estabelecer uma rotina/horários de estudos	50,00%
Falta de motivação	39,50%
Tive questões de ordem pessoal que impossibilitaram a continuidade do curso	36,80%
Não estava satisfeito com meu rendimento de cursista	28,90%
Tive dificuldade de adaptação ao ritmo do curso	26,30%
Falta de suporte acadêmico e pedagógico	23,70%
Não me adaptei à modalidade de ensino a distância	16,40%
Falta de habilidade como uso do computador	13,20%
O curso não era o que eu esperava quanto à formação profissional	13,20%
Os conteúdos ministrados não atenderam minhas expectativas	13,20%
Tive dificuldade de adaptação ao ritmo do curso	7,90%
Não aprendi a utilizar o ambiente virtual de aprendizagem	5,30%
Enfrentei dificuldades financeiras no período	5,30%

Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir de dados da pesquisa aplicada.

Nota-se, em relação à questão, que os ex-alunos tiveram dificuldades em estabelecer uma rotina de horários de estudos. Os dados indicam 50% dos ex-alunos enquadrados nesse fator de desistência. Na EaD, o estudo não ocorre com todos juntos, ao mesmo momento, pelo contrário, parte justamente da prerrogativa de atendimento a tempos individuais, ocorrendo em momentos distintos. É dessa forma que o aluno pode controlar suas aulas e atividades de acordo com suas necessidades, podendo estudar e aprender no momento que achar mais confortável, desde que respeite os prazos pré-estabelecidos para a entrega de atividades e realização de avaliações.

Segundo Maia e Mattar (2007, p. 6), o aluno pode “passar algumas semanas sem se dedicar muito aos estudos, por diversos motivos, e durante uma ou duas semanas, então, dedicar-se com mais energia”, ou seja, o aluno deve se auto programar para realizar seus estudos conforme suas necessidades e disponibilidade de tempo.

Na EaD, a flexibilidade de tempo exige do aluno disciplina para definir horários de estudo. Como o professor e os alunos não se encontram no mesmo espaço físico, o aluno precisa ter controle de horário e ser o responsável e protagonista do seu aprendizado, tal como especificado por Gottardi (2012): “Durante todo o processo educativo o aluno deve assumir uma postura de autonomia e disciplina para a realização do estudo”.

Os dados expressos na tabela 6 expressam que a facilidade e flexibilidade de horários que a EaD proporciona foram as causas que levaram a maior parte dos entrevistados a procurarem o curso EaD. No entanto, houve dificuldades para conciliar horários com o trabalho e com outras atividades diárias, tornando-se um impedimento da permanência do aluno no curso, tendo em vista o acúmulo de funções de sua vida, acrescido das exigências do curso. Os dados obtidos revelam a dificuldade em conciliar horários de estudo e atividades relacionadas ao trabalho acarretando no pouco tempo destinado aos estudos é um fator relevante que pode levar a evasão, tendo em vista que 90% dos respondentes trabalham em horário integral ou com dois cargos.

Ao verificar quais foram os motivos que levaram a desistência dos alunos dos cursos profissionalizantes em EaD, após a análise da pergunta aberta no questionário, foi possível elencar, em ordem decrescente, as causas que levaram os alunos a evadir, conforme tabela a seguir.

Tabela 6: Motivos da evasão

Motivos que levaram a evasão	Quantidade
Dificuldade em conciliar trabalho e estudo – Crença de que EaD exige menor esforço e dedicação	9
Limitação pessoal	5
Não era o esperado – Problemas em relação à modalidade EaD	4
Desorganização do curso	4
Falta de motivação	3
Falta de apoio do tutor e/ou administrativo	3
Ingresso no ensino superior, na pós-graduação ou mudança de curso.	3
Não identificação com a modalidade EaD	2
Transferência para outra localidade – difícil acesso ao Polo	2
Conciliar 2 cursos – Graduação e técnico	2
Gravidez	1

Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir de dados da pesquisa aplicada.

Os dados obtidos por meio da pesquisa realizada demonstram que a principal causa da evasão dos alunos do *Campus* Diamantina - IFNMG residem em aspectos relacionados à organização do tempo e às dificuldades de conciliação entre trabalho e estudos, ou seja, à gestão do tempo. Segundo Saraiva (2008, p.11) a EaD vai evoluir em escala e qualidade, pois, “serão alcançados, em escala e com qualidade, novas gerações de estudantes e os jovens e adultos trabalhadores, em seus domicílios e locais de trabalho, beneficiando todos quantos precisam combinar trabalho e estudo ao longo de suas vidas” (SARAIVA, 2008, p. 27). No entanto para essa evolução, serão necessários esforços conjuntos para derrubar barreiras ao ingresso à educação e ao mercado de trabalho. A EaD vai evoluir, possibilitando diminuir as distâncias educacionais por meio do uso das tecnologias para facilitar a maior abrangência de pessoas e territórios (SARAIVA, 2008).

Nesse sentido, a EaD pode proporcionar ao aluno uma ideia de que ela exija menor atenção, dedicação e tempo, mas, ao contrário, esse aspecto deve ser considerado de forma primordial, pois a modalidade EaD possui suas especificidades e características próprias.

As entrevistas auxiliaram a interpretar melhor os dados e trouxeram novos resultados. Compreende-se que a dificuldade em estabelecer uma rotina de dedicação aos estudos e conciliá-los com a atividade profissional e com outros afazeres diários tornou-se obstáculo para a continuidade do aluno no curso. Esses aspectos puderam ser interpretados também pela fala do corpo: expressões e olhares questionadores que demonstraram insegurança ao responder sobre os motivos que levaram à desistência do curso. Na medida

em que se lança um olhar mais aproximado e cuidadoso para os ex-alunos, se torna possível apreender os conflitos e contradições existentes entre os motivos demonstrados.

Saraiva, (2008) defende que a nova era da educação buscará por uma demanda educacional inicial e continuada, que desafia e encanta os sistemas educacionais. É nessa perspectiva que a EaD se faz presente como modalidade do futuro, provavelmente em uma nova etapa, proporcionando uma maior interação e conectividade com seus integrantes.

O relato da aluna Ana revela essa dificuldade em gestão do tempo para estudos na EaD:

Pelo fato de estar com a carga horária comprometida, não apenas a carga horária o conteúdo é muito extenso, tinham atividades presenciais, as que tinham que fazer todos os dias, de cada disciplina tinha uma, e as avaliações também, que as avaliações eram marcadas em dias diferentes das aulas. Ocupava o tempo, o tempo do aluno. Bastante. E na época eu não podia ter essa ocupação tão extensa. Eu estava com meu primeiro filho pequenininho e então ela ficava com o pai enquanto eu estava na aula. Então para eu estudar dentro de casa, sair de casa, tinha que trabalhar fora... (Ana).

Como se pode observar, esse relato demonstra que a EaD exige dedicação por parte do estudante e que na modalidade havia um conteúdo extenso a ser estudado, ou seja, a modalidade exige leitura, atividades diárias, avaliações, questões a serem respondidas, para as quais era necessária a dedicação de tempo aos estudos.

Ainda para reflexão dessa questão relativa à dedicação de tempo na EaD, o relato da aluna Eli expressa como é fundamental a dedicação do aluno ao curso em que se propôs a fazer.

Exige demais do estudante, porque as horas que você tem que se que dedicar ao curso são inúmeras, porque você tem que pesquisar demais, além do material que está ali você tem que pesquisar, você tem que ler, você ainda tem que pesquisar em outros materiais, outros vídeos, outros livros. Assim... Se você quiser fazer um curso bom mesmo né? Então assim... Apesar de que tem um suporte, tem uma biblioteca virtual muito boa, no entanto você precisa de muito tempo de ler e procurar entender aquele material que está ali. Entendeu? Essa questão do tempo é fatal no curso a distância (Eli).

Na verdade, aparentemente existe a impressão de que na EaD existem cursos mais fáceis, porém, de fato, o aluno passa a ter um compromisso com ele mesmo e com o curso. No decorrer de sua aprendizagem, ele percebe que serão necessárias habilidades para fazer uma boa gestão do tempo e dedicar-se de forma efetiva.

A aluna ressalta que a dedicação ao curso exige do estudante outras fontes de estudo; exige pesquisa e isso gasta tempo, dedicação e inúmeras horas, conforme ela mesma ela ressalta.

O curso profissionalizante é escolhido pelo aluno levando-se em consideração suas perspectivas. Antes de iniciá-lo, o interessado utiliza como critérios para se decidir: questões pessoais, relação com o trabalho, matriz curricular, curiosidade e possibilidade de aquisição de conhecimento. Essas percepções são importantes e servem como critérios que podem evitar a evasão dos alunos. Nesse sentido, a evasão não pode ser tratada de maneira superficial ou entendida a partir de um único fator. É importante compreender o olhar integral dos alunos sobre a instituição, o curso e sua organização.

Por se tratar de um *campus* novo, o *Campus* Diamantina-IFNMG apresenta outros fatores importantes a serem identificados e analisados no contexto desta pesquisa.

Em relação às condições do *campus*, de acordo com avaliação dos discentes, no *Campus* Diamantina do IFNMG a EaD apresentou-se como boa, ótima e/ou excelente para 100% dos alunos. Os dados revelaram ainda que, 100% deles voltariam a fazer um curso na modalidade EaD, devido à praticidade de fazer um curso, conciliando os horários de estudo e outras funções.

Dos pesquisados, 90% dos alunos revelaram que a instituição de ensino proporciona e garante cursos técnicos profissionalizantes de boa qualidade a seus alunos. As questões apresentadas demonstram que os alunos disponibilizavam de boa infraestrutura, além de ser geograficamente central, aspecto facilitador de acesso físico; além disso, há também acesso ao material didático-pedagógico, aos tutores e aos demais profissionais capacitados e experientes.

A pesquisa também aponta para 100% dos entrevistados que acreditam que o *Campus* Diamantina – IFNMG facilita o acesso ao aprendizado do aluno por diversas razões, tendo sido relacionadas: acessibilidade da localização da instituição; experiência dos tutores na área de atuação; a proposta da EaD, que conta com profissionais sempre dispostos a sanar as dúvidas e dificuldades; regularidade dos encontros presenciais, aspectos facilitadores na organização da vida cotidiana; corpo docente comprometido.

Quanto às condições dos cursos, os dados expressam que o *Campus* Diamantina – IFNMG proporcionou, em 71,42% de respostas positivas, condições de positivas para a continuidade do aluno na instituição de ensino. É o que demonstra o relato da aluna Iva, em relação às condições que eram proporcionadas pela instituição de ensino.

Ótimo acesso, fica mais central, as salas são amplas, excelentes tutores. Tinha tudo, oferta de vagas, material, profissional, tutores com experiência. Profissionais envolvidos (Iva).

Essa fala mostra as condições do *Campus* para a ex-aluna e os dados apontam

que os alunos tiveram possibilidades de continuar o curso ofertado pela instituição; 42,85% dos ex-alunos afirmaram que os profissionais do Polo lhes proporcionaram condições de continuar o curso, procurando e questionando os alunos em relação ao seu retorno e continuidade. Infelizmente, 57,4% dos alunos já estavam com suas decisões tomadas e os profissionais da instituição de ensino não poderiam fazê-los mudar de ideia em relação à evasão.

No processo de pesquisa foram investigados os aspectos relacionados à evasão de alunos de cursos profissionalizantes no contexto da Ead do *Campus* Diamantina – IFNMG. Para tanto, utilizamos métodos e procedimentos que pudessem estabelecer relações entre si e apresentar um quadro a ser explorado na solução do problema, não de forma imediata, uma vez que se considerou um problema bastante complexo, mas que pudesse encaminhar maiores reflexões e a possibilidade de se vislumbrar caminhos. A seguir, nas considerações finais, esses aspectos serão retomados.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ponderações sobre os processos de construção da educação profissionalizante no Brasil, sobre a evolução da educação a distância e sobre os possíveis entendimentos do que seja a evasão, apresentadas no decorrer deste trabalho visaram contribuir para a reflexão acerca do tema e da realidade específica do *Campus Diamantina - IFNMG*.

Os estudos sobre a evasão demonstram, de forma abrangente, o grau de preocupação em torno do tema. Nesta dissertação, as observações realizadas a partir da experiência profissional e as reflexões possibilitadas a partir dos dados expressos, por meio da pesquisa realizada, trouxeram à tona aspectos que evidenciam os diversos motivos que podem levar um aluno a desistir de um curso.

Tendo em vista o objetivo inicial desta dissertação, que consistiu em investigar a evasão dos alunos nos cursos técnicos profissionalizantes na modalidade de ensino EaD do *Campus Diamantina - IFNMG* revelaram-se, por meio da pesquisa empreendida, dificuldades dos ex-alunos quanto à organização e gestão do tempo dedicado aos estudos, havendo ainda, relatos de que a dificuldade de permanecer no curso se deu em relação a questões de adaptação.

Os resultados do estudo evidenciam a fragilidade e a falta de clareza na definição dos conceitos sobre a evasão, indicador importante para o campo da educação. Muitos estudos estão pautados em encontrar as causas da ação e poucos procuram de fato compreender os fatores que levam os alunos evadir. Por meio dos resultados obtidos, fica proeminente o fato de que a conceituação sobre evasão é algo necessário e ainda encontra-se em fase de construção.

A evasão é comum em todas as modalidades de ensino, porém, na EaD ela se manifesta de forma significativa e singular. O aluno pode evadir de maneira imediata, ou seja, ele evade do curso e a instituição de ensino não sabe se ele volta ou não, pois há um período que a instituição aguarda o posicionamento do aluno sobre sua saída ou permanência. Tem-se ainda, a evasão de um aluno que ingressa em outro curso da mesma instituição de ensino, ou seja, evade de curso e não da instituição. Nesse caso, entende-se que o papel da instituição de ensino é de grande relevância no processo em que o aluno evidencia essa incerteza de continuidade ou não dos estudos.

Todos esses aspectos trazem inúmeras indagações, entre elas, inclusive sobre o papel da instituição no controle da frequência dos alunos de forma a prevenir o abandono dos cursos e na proposição de medidas efetivas que colaborem para sua continuidade.

Os dados da pesquisa realizada neste trabalho indicaram que os alunos geralmente não procuram a instituição quando estão pensando em desistir do curso, uma vez que o número de alunos evadidos e que assinaram o termo de desistência corresponde a 62 alunos, número muito menor do que os discentes que simplesmente evadiram sem assinar o documento, totalizando 251 estudantes; percebe-se, desse modo, a dificuldade em se estabelecer dados que confirmem, efetivamente, a quantidade real de evadidos de cursos e da instituição de ensino.

De acordo com os dados da pesquisa, diversas são as dificuldades encontradas pelos alunos na realização de um curso na modalidade EaD: o acesso aos professores; as dificuldades relativas aos tutores que, nem sempre possuem domínio do conteúdo do curso; a falta de computador em casa; a dificuldade de acesso ao material didático impresso; a falta de motivação e, principalmente, a dificuldade de gerenciar o tempo dedicado aos estudos, conciliando com as atividades profissionais, os afazeres do dia a dia e a dedicação à família. Essas causas foram apontadas durante a realização das entrevistas e foram sentidas e observadas pela proximidade dos discentes durante a coleta de dados. No entanto, esta dissertação foi capaz de apresentar e analisar dados que, longe de encerrarem as discussões relativas ao problema, oferecem um leque de possibilidades para aprofundamento no estudo do tema. Aspecto muito importante também se encontra na importância da autonomia do aluno na modalidade de ensino EaD como construtor dos seus saberes e aprendizados durante o curso.

Após análise mais aprofundada da questão inicial, é possível compreender que, na verdade, essa dificuldade está atrelada à administração e gestão do tempo. Tempo de trabalhar e estudar, ser mulher (com todas as condições socioculturais envolvidas) e estudar, conciliar um curso de graduação e dedicar-se também ao curso técnico profissionalizante, dedicar-se à família, exercer as funções diárias e estudar, estudar para estudar (no sentido de dominar algumas habilidades do mundo digital, necessárias a realização das atividades de cursos na modalidade EaD), são tantos os afazeres que, para alguns, se tornou inviável dar continuidade aos cursos escolhidos.

A questão de gênero salta aos olhos. Na vida da mulher, de uma forma mais acentuada, ela acaba deixando de lado seus sonhos, expectativas e escolhas para poder dedicar-se às expectativas familiares e sociais, assumindo um “papel” feminino pré-estabelecido pela sociedade. Com mais frequência, de acordo com os dados da pesquisa, ela opta por cuidar dos filhos, dedicar-se ao trabalho e aos afazeres de casa e cuidar da família. Isso consome muito o tempo, e, por algum motivo, fixa-se como prioridade, levando a

desistência do curso técnico profissionalizante.

De modo geral, os estudantes em EaD, que não conseguem gerenciar seu tempo e conciliar as demais atividades de suas vidas, percebem que, à medida que o tempo passa as atividades virtuais e presenciais se acumulam, tende então, a se sentir desmotivado, não consegue organizar suas atividades e pode chegar a desistir do curso.

Durante a realização das entrevistas, momento mais próximo aos ex-alunos, foi possível evidenciar que eles tiveram dificuldades para expressar suas razões de desistência do curso. Por meio dos olhares questionadores, da insegurança, da cautela e do cuidado ao responder à pergunta, os sujeitos apontaram a dificuldade em gerenciar o tempo e realizar os demais afazeres constituiu a principal causa de evasão dos cursos técnicos do Polo Diamantina – IFNMG.

Isto posto, considera-se que a evasão é um fator multifatorial que se impacta com o gerenciamento o tempo pelo aluno. Os dados revelados apontam para desmembramentos desse aspecto em questões como: a necessária disciplina e a autonomia no processo de ensino aprendizagem (delimitação de tempo, espaço e organização de material); o posicionamento do aluno como centro e auto construtor de seu aprendizado (posicionamento como sujeito de sua aprendizagem); a demora da chegada do material didático impresso, tendo em vista que existem ainda dificuldades relacionadas à leitura de texto digitais (ausência de equipamento em casa, necessidade de deslocamento para locais onde existam equipamentos disponíveis, dificuldades de leitura em tela); a mulher com autonomia para poder fazer o curso sem que os afazeres diários retirem seu desejo e possibilidade de continuar estudando (priorização do tempo).

Os objetivos e as expectativas que guiaram a nossa pesquisa tiveram o sentido de levantar e analisar os fatores que culminam na evasão dos alunos dos cursos técnicos na modalidade EaD, do Polo Diamantina do IFNMG e identificar as justificativas que levaram a desistência durante os cursos. Tendo realizado o estudo pertinente, considera-se que a evasão é multifatorial e que, no caso do *Campus* Diamantina, a maior causa de evasão dos alunos foi a dificuldade de gerenciar o tempo para atuar em diversas frentes, criar rotina de trabalho e estudos, controlando as funções, dedicando tempo específico a cada uma.

Este trabalho, em que pese a pesquisa, o registro e a metodologia científica utilizados, se constitui principalmente a partir de uma experiência profissional no *Campus* Diamantina – IFNMG, que por meio de olhar mais cuidadoso, a partir de um expressivo número de alunos evadidos em uma instituição de ensino em fase de implantação, procurou antever situações que possam vir a ser evitadas.

Dessa forma, o produto final deste trabalho demonstra que EaD é uma modalidade que se apresenta como uma oportunidade de estudos para pessoas que não conseguiram fazê-lo no tempo e idade corretos e, ainda, para as pessoas que trabalham. Isso é um forte traço que demonstra a desigualdade educacional no país. No entanto, para sua realização, é necessário refletir sobre disponibilidade de tempo, autonomia e responsabilidade no processo de aprendizagem, aspectos que estão relacionados à maturidade e ao controle da aprendizagem.

A pesquisa revela que a maioria dos ex-alunos evadidos, que procuram o curso como uma opção de formação continuada, não tiveram condições de continuar por não conseguirem gerenciar o tempo e assim, desistiram.

Neste sentido, acredita-se na contribuição com a instituição de ensino, *Campus Diamantina – IFNMG* a partir de uma produção científica que oferece dados que refletem sobre a história da educação profissional e a educação a distância no Brasil, os conceitos que norteiam a evasão e que, principalmente, serve como indicador da necessidade de mais pesquisas sobre o problema da evasão de alunos na EaD, tema que se encontra em fase de discussão e para o que são necessárias reflexões em torno de alguns dos aspectos que foram aqui apresentados, fundamentalmente, o resultado que demonstra a dificuldade do aluno em adaptar-se a uma nova rotina de estudos e ao gerenciamento do seu tempo para dedicar-se ao curso profissionalizante iniciado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBAGLI, Sarita. **Conhecimento, inclusão social e desenvolvimento local**. 2006.
- ALMEIDA, Andréa Cristina de; SUHR, Inge Renate Fröse. Educação profissional no Brasil: a construção de uma proposta educativa dual. **Revista Intersaberes**, v. 7, n. 13, p. 81-110, 2012.
- AMORIM, Mário Lopes. **Requirement for the development of our industries: technical education in the context of the Organic Law of Industrial Education**. **História da Educação**, v. 17, n. 41, p. 123-138, 2013.
- AUDIÊNCIA PÚBLICA DO INSTITUTO FEDERAL DO NORTE DE MINAS GERAIS, 2014. **Ata**. Diamantina. IFNMG, 2014.
- AUDIÊNCIA PÚBLICA DO INSTITUTO FEDERAL DO NORTE DE MINAS GERAIS, 2014 **Lista de presença**. Diamantina. IFNMG, 2014.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BRANDÃO, Brandão, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. Vol. 33. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- BRUGIN, Lucilene Aparecida; SHROEDER Tania Maria Rechia. O papel da família diante da evasão escolar Disponível em: CANALI, Heloisa Helena Barbosa. **A trajetória da educação profissional no Brasil e os desafios da construção de um ensino médio integrado à educação profissional**. V Simpósio Sobre Trabalho e Educação, 2009.
- CARNEIRO, Teresa Cristina Janes; DA SILVA, Maria Aparecida; DE ALMEIDA BIZARRIA, Fabiana Pinto. Fatores que afetam a permanência dos discentes em cursos de graduação a distância: um estudo na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. **Gestão e Sociedade**, v. 8, n. 20, p. 651-669, 2014.
- CASTANHO, Sandra Maria. **A trajetória da educação a distância no Brasil**. Disponível em <http://www.indev.com.br/semana/trabalhos/2012/5.pdf> acesso em janeiro de 2018.
- CASTANHO, Sérgio. **Educação e trabalho no Brasil colônia**. Mimeo. Trabalho apresentado na sessão “Colóquios de História da Educação” do Grupo HISTEDBR – UNICAMP, 2006.
- CODEVALE. **Vale do Jequitinhonha**: informações básicas. Belo Horizonte, s. d. 1 v.,1986.
- CRUZ, Anderson Paulo. **Evasão nos cursos técnicos profissionalizantes: uma análise das principais causas e identificação de perfil dos alunos evadidos do Senac Sete Lagoas. 91f**. Dissertação (Mestrado em Administração) - Fundação Pedro Leopoldo - Pedro Leopoldo, 2013.

COMISSÃO ESPECIAL DE ESTUDOS SOBRE A EVASÃO NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS - ANDIFES/ABRUEM/SESu/MEC - **Diplomação, retenção e evasão nos cursos de graduação em instituições de ensino superior públicas**. Disponível em: http://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/Diplomacao_Retencao_Evasao_Graduacao_em_IES_Publicas-1996.pdf. Acesso em: 15 mar 2017.

EMANUELLI, Gisela Biacchi. Atração e refração na educação a distância: Constatações sobre o isolacionismo e a evasão do aluno. **GUAL**. Florianópolis, v.4, n. 2, p.205-218, mai/ago. 2011.

FARIA, Adriano Antonio; FERREIRA, Naura Syria Carapeto; MOCELIN, Márcia Regina; VECHIA, Ariclê. **A história da educação a distância no brasil**. Curitiba. PUC, 2011. Disponível em: http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/5128_2836.pdf Acesso em: jan. 2018.

FREIRE, SLSLM; LIMA, N. R. Ensino médio articulado ao ensino profissionalizante: Novas perspectivas. **HOLOS**, v. 2, 2012.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Teoria e práxis e o antagonismo entre a formação politécnica e as relações sociais capitalistas **Trabalho, Educação e Saúde**, vol. 7, núm. 1, set. 2009, pp. 67-82 Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Rio de Janeiro, Brasil.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica *Educação & Sociedade*, vol. 28, núm. 100, 2007, pp. 1129-1152. **Centro de Estudos Educação e Sociedade - CEDES**. Campinas, Brasil Acesso em: ago. 2018. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87313704023>.

FURTADO, Júnia Ferreira- **A história do Vale do Jequitinhonha**. Disponível em: <http://www.igc.ufmg.br/portaldeperiodicos/index.php/leste/article/view/790/583> Acesso em: jan. 2018.

GAMBOA, Sanches Sílvio. **Os métodos na pesquisa em educação: uma análise espistemológica**. In: *Pesquisa em Educação*. Chapecó: Argos, 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOTTARDI, Mônica de Lourdes. **A autonomia na aprendizagem em educação a distância: competência a ser desenvolvida pelo aluno**. - Rio Grande do Sul, 2012.

GRAMSCI, Antônio. Caderno 12. In: **Cadernos do Cárcere**. Vol. 2 (Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo). Edição e Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Co-edição de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 4ª Ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

GUIMARÃES, Maria Inês Sabino. **O uso de tecnologias de informação para a construção de conhecimentos nos sistemas de aprendizagem no ensino médio do IFMG**.

Disponível em: <http://www.fumec.br/revistas/sigc/article/view/4030>Belo Horizonte - M G 2015. Acesso em: 10 mar. de 2018.

HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa com a nova ortografia da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. Disponível em: <https://www.dicio.com.br>. Acesso em: 11 fev. 2018.

IBGE, 2018. **Projeção da população do Brasil e das Unidades da Federação**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao>. Acesso em: 20 fev. 2018.

INSTITUTO FEDERAL DO NORTE DE MINAS GERAIS. **Minuta texto para PDI 2019-2023**.

INSTITUTO FEDERAL DO NORTE DE MINAS GERAIS. **Notícias**. Disponível em: <http://www.ifnmg.edu.br/noticias-dia/noticias-2014/8205-ifnmg-dialoga-com-a-sociedade-diamantinense-sobre-a-implantacao-de-novo-campus-em-historica-audiencia-publica>. Acesso em: 20 maio 2017.

INSTITUTO FEDERAL DO NORTE DE MINAS GERAIS. **Plano de curso técnico em informática concomitante/subsequente modalidade EaD**. Diamantina - MG Out. 2018.

INSTITUTO FEDERAL DO NORTE DE MINAS GERAIS. **Profissionais**. Disponível em: http://ead.ifnmg.edu.br/uploads/processos_seletivos/Ww13Btn5ZD.pdf. Acesso em: 20 maio de 2017.

INSTITUTO FEDERAL DO NORTE DE MINAS GERAIS. **Quadro de vagas**. Disponível em: http://ead.ifnmg.edu.br/uploads/processos_seletivos/zl2quei5G1.pdf. Acesso em: 30 maio 2017.

INSTITUTO FEDERAL DO NORTE DE MINAS GERAIS. **Rede e-Tec**. Disponível em: http://ead.ifnmg.edu.br/uploads/processos_seletivos/5N204b9fAi.pdf. Acesso em: 30 maio 2017.

INSTITUTO FEDERAL DO NORTE DE MINAS GERAIS. **Termo de cooperação**. Disponível em: <https://www.ifnmg.edu.br/termos-de-cooperacao/371-portal/ead/ead-institucional/ead-termos/14574-polo-sede-campus-diamantina>. Acesso em: 30 out. 2018.

JARDIM, Ana Cláudia Gonçalves de Sá. Estudo da evasão de discentes dos cursos Profucionário do Polo sede de Teófilo Otoni/MG, da Rede e-Tec Brasil, do IFNMG1. Form@re. **Revista do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica**. Universidade Federal do Piauí, Teresina, v. 3, n. 2, 2016.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade **Fundamentos de metodologia científica**. 5ª.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de Oliveira; TOSCHI, Mirza Seabra **Educação Escolar: políticas, estruturas e organização** (Coleção Docência em Formação / coordenação Antônio Joaquim Severino; Selma Garrido Pimenta). 9. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LOURO, Guacira Lopes. **Corpos que escapam. Estudos feministas.** Mesa-redonda nº58 – Eixo temático 7 – Educação, Infância e Juventude. v. 4, n. 4, 2003.

LUCK, Heloisa. **Dimensões de gestão escolar e suas competências.** Curitiba: Editora Positivo, 2009.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.

MAIA, Carmem; MATTAR, João. **ABC da EaD: a Educação a distância de hoje.** São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

MARTINS, Ronei Ximenes; SANTO, Telsuita Laudomira Pereira; FRADE, Elaine das Graças; SERAFIM, Luciana Batista. **Por que eles desistem?** Estudo sobre a evasão em cursos de licenciatura a distância. ESUD 2013 – X Congresso Brasileiro de Ensino Superior a Distância Belém/PA, 11-13 jun. 2013 – UNIREDE.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração e interpretação de dados.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MEIRA, Cristiane Araujo. **A evasão escolar no ensino técnico profissionalizante: um estudo de caso no Campus Cariacica do Instituto Federal do Espírito Santo.** 118 f. 2015. Dissertação (Pós-Graduação em Gestão Pública do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas) – UFES, Vitória, 2015.

MELLO, Elisângela de Fátima Fernandes de; TEIXEIRA, Adriano Canabarro. **A interação social descrita por Vigotski e a sua possível ligação com a aprendizagem colaborativa através das tecnologias de rede.** Disponível em: <http://www.uces.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/6/871>
Acesso em: 18 mar. 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade.** 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social.** Petrópolis: Vozes, 1994.
MARTINS, Ronei Ximenes et al. O perfil sociodemográfico de candidatos a cursos de licenciatura a distância e os objetivos da Universidade Aberta do Brasil. In: IX Congresso Brasileiro de Ensino Superior a Distância. Anais do ESUD-2012: UNIREDE. 2012.

MORAES, Léa Anny de Oliveira. **A leitura em suporte impresso e digital: modificações nos modos de ler.** XVI ENDIPE - Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino - UNICAMP - Campinas - 2012

MORAN, José Manuel. **O ensino superior a distância no Brasil. Educação & Linguagem.** v. 12, n. 19, p. 17-35, 2009.

MOTA, Francisco Alencar; RODRIGUES, Antonia Zeneide. A medida provisória 746/2016 e suas implicações para a permanência e dimensionamento da sociologia no currículo do ensino. **Revista Inter-Legere**, v. 1, n. 20, p. 5-23, 2017.

MUGNOL, Marcio. **A educação a distância no brasil: conceitos e fundamentos.** Revista Diálogo Educacional, vol. 9, núm. 27, mayo-agosto, 2009, pp. 335-349 Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Brasil. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=189117298008>. Acesso em: fev. 2018.

MULLER, Meire Terezinha - O SENAI e a educação profissionalizante no Brasil. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 40, p. 189-211, dez. 2010.

PARO, Victor Henrique. **Gestão democrática da escola pública.** São Paulo: Ática, 2003.

PARO, Victor Henrique. **O Conselho na Democratização da Gestão Escolar.** São Paulo, Escritos Sobre a Educação, 2001.

PARO, Vitor Henrique. **Estrutura e Prática Educacional Democrática.** GT: Estado e Política Educacional/n.05-CNPq 30ª Reunião Anual da Anped. Disponível em: <http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt05-2780-int.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2018.

PAZINATTO, Dionéia Conforto Costa. **Permanência e sucesso escolar no Ensino Médio Noturno.** Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2009_fafipar_pedagogo_artigo_dioneia_conforto_costa_pazinatt.pdf. Acesso em: 10 de jan. 2018.

PIOVESAN A.; TEMPORINI E. R. Pesquisa exploratória: procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos. **Revista Saúde Pública**, vol. 29 n. 4 São Paulo.

PRETI, Oreste. **Educação a distância: fundamentos e políticas.** Cuiabá: EdUFMT, 2009.

QUEIROZ, Lucileide Domingos. **Um estudo sobre a evasão escolar: para se pensar na inclusão escolar.** Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anpad). Disponível em: www.anped.org.br/reunioes/25/lucileidedomingosqueirozt13.rtf. Acesso em: 25 ago. 2017.

ROMANI, Luciana Alvim Santos. **InterMap: ferramenta para visualização da interação em ambientes de educação a distância na WEB.** 120 f. Dissertação de Mestrado - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Computação, São Paulo, 2000.

SARAIVA, Terezinha. Educação a distância no Brasil: lições da história. **Em aberto**, v. 16, n. 70, 2008.

SAVIANI, Demerval. **Escola e Democracia.** 36. ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** Campinas, São Paulo:

Autores Associados, 2007.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Jackson Ronie Sá; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**. Ano I - Número I – jul. de 2009.

SOUZA, João Valdir Alves. Fontes para uma reflexão sobre a história do Vale do Jequitinhonha, **Unimontes Científica**. Montes Claros, v.5, n.2, jul./dez. 2003.

TRAGTENBERG, Maurício. **A teoria geral da administração é uma ideologia?**. Revista de Administração de Empresas, v. 11, n. 4, p. 7-21, 1971.

TRIVIFIOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VERGARA, Sylvia C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3.ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2000.

VITELLI, Ricardo Ferreira; FRITSCH, Rosangela. Evasão escolar na educação superior: de que indicador estamos falando? **Estudos em Avaliação Educacional**, v. 27, n. 66, p. 908-937, 2016. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/eae/article/view/4009> Acesso em: 20 fev. 2018.

ZARIFIAN, Philipe. **O modelo da competência: trajetória histórica, desafios atuais e propostas**. São Paulo: Editora Senac, 2003.

LEGISLAÇÃO

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997**. Revogado pelo Decreto nº 5.154, de 2004 Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm. Acesso em: 20 dez. 2017.

BRASIL. Ministério de Educação - MEC. **Decreto nº 5.154**, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os artigos 39 e 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/D5154.htm. Acesso em: 10 ago. 2017.

BRASIL. Ministério de Educação - MEC. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/Decreto+7.566+de+23+de+setembro+de+1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 15 ago. 2017. BRASIL. MEC/SETEC

BRASIL. Ministério de Educação – MEC. **Documento orientador para a superação da evasão e retenção na rede federal de educação profissional, científica e tecnológica**. <http://portal.ifto.edu.br/ifto/reitoria/pro-reitorias/proen/diretorias/assuntos-estudantis/permanencia-e-exito/tcu-e-setec/documento-orientador-para-a-superacao-da-evasao-e-retencao-na-rede-federal-de-educacao-profissional-cientifica-e-tecnologica/view> Acesso em: fev. 2018.

BRASIL. Ministério de Educação - MEC / SETEC. **Educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio – Documento Base**. Brasília – DF – 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_basepdf Acesso em: 20 ago. 2017.

BRASIL. Ministério de Educação – MEC. **Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei: 8.069** de 13/07/90, atualizado até a Lei nº 12.010, de 03 ago. 2009.

BRASIL. Ministério de Educação – MEC. - **Instituições Credenciadas/Educação Superior a Distância**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 08 mar 2016.

BRASIL. Ministério de Educação – MEC. **Lei no 1.046**, de 2 de janeiro de 1950. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/11046.htm Acesso em: 12 ago. 2017.

BRASIL. Ministério de Educação – MEC. **Lei nº 4.024**, de 20 de dezembro de 1961. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 15 ago. 2017.

BRASIL Ministério de Educação – MEC. LDB - **Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília : MEC, 1996.

BRASIL. Ministério de Educação – MEC. **Lei nº 11.892**, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos

Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm. Acesso em: 10 jul. 2014.

BRASIL. Ministério de Educação – MEC. – Disponível em <http://www.brasil.gov.br/educacao>. **O surgimento das escolas técnicas**. Acesso em: 25 set. 2017.

BRASIL. Ministério de Educação - MEC. **REDE e-Tec Brasil**, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/rede-e-tec-brasil> Acesso em: 03 set. de 2018.

BRASIL. Ministério de Educação – MEC. **Referenciais de qualidade para EaD**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2018.

BRASIL. Ministério de Educação – MEC. **Regulamentação da EaD no Brasil**. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12780&Itemid=865 Acesso em: 19 jul. 2011.

BRASIL. Ministério de Educação – MEC. **Regulamento dos Cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio do Instituto Federal do Norte de Minas (IFNMG)**. Brasília, 2013.